

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**UM PANORAMA DAS MEDIDAS ANTIPLÁGIO ADOTADAS PELAS
DEZESSEIS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS DE MAIOR EXPRESSÃO NA
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

MAYCON FRANCISCO MARAFIGO

Rio de Janeiro

2017/1

MAYCON FRANCISCO MARAFIGO

**UM PANORAMA DAS MEDIDAS ANTIPLÁGIO ADOTADAS PELAS
DEZESSEIS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS DE MAIOR EXPRESSÃO NA
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Dra. Kone Prieto Furtunato Cesário.

Rio de Janeiro

2017/1

CIP - Catalogação na Publicação

M298p Marafigo, Maycon Francisco
Um panorama das medidas antiplágio adotadas
pelas dezesseis universidades brasileiras de maior
expressão na produção de conhecimento científico /
Maycon Francisco Marafigo. -- Rio de Janeiro, 2017.
81 f.

Orientadora: Kone Prieto Furtunato Cesário.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

1. Direitos Autorais. 2. Plágio Acadêmico. 3.
Universidades Brasileiras. 4. Sanções ao Plágio. I.
Cesário, Kone Prieto Furtunato , orient. II. Título.

CDD 342

MAYCON FRANCISCO MARAFIGO

**UM PANORAMA DAS MEDIDAS ANTIPLÁGIO ADOTADAS PELAS
DEZESSEIS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS DE MAIOR EXPRESSÃO NA
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Dra. Kone Prieto Furtunato Cesário.

Data da Aprovação: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2017/1

“[...] O texto de Cervantes e o de Menard são verbalmente idênticos, mas o segundo é quase infinitamente mais rico. (Mais ambíguo, dirão os seus detractores; mas a ambiguidade é uma riqueza.)”

(Jorge Luis Borges)

RESUMO

O plágio acadêmico é um grande desafio para as universidades, que afeta a qualidade da pesquisa científica. A carência por implementação de ações de enfrentamento ao plágio e a falta de estudos que apontem, dentro desse universo, as ações mais urgentes e necessárias contribuem para esta realidade. Este estudo consiste em uma averiguação sobre as medidas antiplágio adotadas por dezesseis universidades brasileiras com o objetivo de criar um panorama que aponte as medidas mais deficientes, onde deverão ser concentrados os esforços de combate ao plágio dessas instituições. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica na qual a amostragem das universidades foi feita de acordo com os rankings RUF 2016, THE 2017 e CWUR 2016, e analisados quatro critérios diferentes: medidas institucionais, medidas preventivas, medidas diagnósticas e medidas coercitivas. Procurou-se conhecer as ações desenvolvidas pelas universidades para instigar a integridade acadêmica dos estudantes e prevenir o plágio, a adoção dos *softwares* de diagnóstico, a previsão normativa do tipo infracional do plágio acadêmico e as sanções disciplinares previstas nos códigos institucionais. Notou-se que as universidades brasileiras necessitam de uma mudança no comportamento institucional para ampliar e fortalecer as medidas preventivas.

Palavras-Chave: Medidas Antiplágio; Universidades Brasileiras; Integridade Acadêmica; *Softwares* de Diagnóstico; Sanções Disciplinares.

ABSTRACT

Academic plagiarism is a major challenge to the universities, which affects scientific research quality and credibility. This scenario is favored by the lack actions to implement and studies that point out the most urgent and necessary actions. The present survey seeks to find out anti-plagiarism measures adopted by sixteen Brazilian universities with the main goal of creating a panel, which points out the most deficient measures taken by those institutions that require more effort. This is a documental and bibliographical research based on a sample composed from comparison of three international rankings for higher education, i.e., RUF 2016, THE 2017 and CWUR 2016. The assessment focused on four criteria: institutional measures, preventive measures, diagnosis measures and deterrence measures. It was searched the activities carried out by the universities to stimulate academic integrity among students e prevent plagiarism, adoption of anti-plagiarism diagnostic softwares, the normative prediction for plagiarism infringement and disciplinary sanctions in the institutional codes. It was found out that the Brazilian universities require a change in their institutional behavior to spread and strengthen preventive measures.

Keywords: Anti-plagiarism Measures; Brazilian Universities; Academic Integrity; Diagnostic Software; Disciplinary Sanctions.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	CONCEITOS E LEGISLAÇÃO.....	10
2.1	Conceituando Direitos Autorais.....	10
2.2	Direitos Autorais no Brasil.....	12
2.3	Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 – Lei de Direitos Autorais	15
2.3.1	Obra	15
2.3.2	Direitos Morais do Autor	18
2.3.3	Direitos Patrimoniais do Autor	20
2.3.4	Direitos Conexos.....	21
2.3.5	Autoria versus titularidade	21
2.3.5.1	A cessão dos direitos autorais e a licença	22
2.3.6	Domínio público	24
2.3.7	O registro de autoria	25
2.3.8	Licenças Creative Commons - CC.....	27
3.	PLÁGIO	30
3.1	O conceito de plágio	30
3.2	Modos de ocorrência do plágio.....	31
3.3	Tipos de plágio	32
3.3.1	Plágio “palavra por palavra”	32
3.3.2	Plágio paráfrase	32
3.3.3	Plágio mosaico.....	33
3.3.4	Plágio mercantil ou de conluio.....	33
3.3.5	Plágio Indireto ou de simulação da fonte.....	34
3.3.6	Autoplágio	34
3.3.7	Plágio transversal ou plágio às avessas	35
3.4	Diferenciação entre plágio, cópia e pirataria	35
3.5	O Combate ao Plágio Acadêmico	36
3.5.1	Sanções penais	36
3.5.2	Sanções civis	38
3.5.3	Medidas Institucionais e Preventivas	39
3.5.4	Medidas Diagnósticas	40
3.5.5	Medidas Coercitivas Administrativas	41
4.	METODOLOGIA –	43

4.1	A seleção de amostragem	43
4.2	Os Critérios da Pesquisa	45
4.3	As Fontes de Pesquisa	47
5.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
5.1	Universidade de São Paulo	49
5.2	Universidade Estadual de Campinas	50
5.3	Universidade Federal do Rio de Janeiro	51
5.4	Universidade Federal de São Paulo	53
5.5	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	54
5.6	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	55
5.7	Universidade Federal de Minas Gerais	56
5.8	Universidade Federal de São Carlos	57
5.9	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	59
5.10	Universidade Federal de Santa Catarina	59
5.11	Universidade Federal do Paraná	61
5.12	Universidade Federal do ABC	62
5.13	Universidade federal da Bahia	63
5.14	Universidade Federal de Pernambuco	64
5.15	Universidade Federal de Santa Maria	65
5.16	Universidade Federal Fluminense	66
5.17	Comparação e discussão dos resultados obtidos	67
5.17.1	Critério 1 – Medidas Institucionais de combate ao plágio acadêmico	67
5.17.2	Critério 2 – Medidas Preventivas e Critério 3 – Medidas Diagnósticas do Plágio Acadêmico	69
5.17.3	Critério 4 – Medidas Coercitivas do Plágio Acadêmico	72
6.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	74
	REFERÊNCIAS	76

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende montar um panorama das medidas antiplágio das dezesseis universidades brasileiras de maior projeção na pesquisa acadêmico-científica, utilizando como marco teórico as obras de Marcelo Krokosz¹, sua escolha foi motivada pela forma didática de caracterizar o plágio acadêmico e suas nuances, e sua teorização sobre as medidas de combate, foram seguidos nesta pesquisa os seus conceitos sobre os diferentes tipos de plágio e sua sistematização de dados para categorizar as medidas e ações antiplágio, com o intuito fornecer um subsídio comparativo às instituições de ensino superior no Brasil e ao mesmo apontar as possíveis fragilidades do sistema de integridade acadêmica das universidades.

O primeiro capítulo apresenta o conceito de direitos autorais, seu sistema legislativo e sua natureza jurídica, em seguida traz um breve histórico dos direitos autorais no Brasil e aborda a Lei de Direitos Autorais – LDA, extraindo dela o conceito de obra e caracterizando os direitos morais do autor, os direitos patrimoniais e os direitos conexos. Realiza a distinção entre autoria e titularidade e entre cessão e licença dos direitos patrimoniais da obra. Conceitua domínio público e suas hipóteses de ingresso. Trata também da importância do registro de autoria como meio de prova e utilização das licenças públicas *Creative Commons*.

No segundo capítulo faz-se a delimitação do conceito de plágio e a distinção entre o plágio intencional e o acidental. São apresentados os tipos de plágio mais comuns sem pretender uma lista exaustiva e a diferenciação entre plágio, cópia e pirataria. Construídos esses conceitos básicos são expostas as principais formas de combate a plágio acadêmico: as sanções penais e civis cabíveis e as medidas institucionais, preventivas, diagnósticas e coercitivas.

O terceiro capítulo é destinado à metodologia. Traz a forma de seleção das dezesseis universidades que compõem a amostragem, os critérios da pesquisa e a forma do

¹ KROKOSZ, Marcelo. *Autoria e Plágio*. São Paulo: Atlas, 2012.

Idem, *Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil*. Revista Brasileira de Educação. v.16, n.18, set.-dez. 2011. p.745-768.

tratamento dos dados a partir do marco teórico de Krokosz e as fontes empregadas para a coleta dos dados que serão utilizados.

No último capítulo estão os resultados obtidos, organizados a partir de cada universidade pesquisada e a discussão dos resultados, primeiramente comparados com os obtidos por Krokosz em 2011, e em seguida analisados em relação aos conceitos apresentados anteriormente. A última parte da análise de resultados é destinada a discussão sobre as medidas coercitivas previstas nos documentos normativos das universidades.

A temática do plágio acadêmico é espinhosa e carece de estudos mais aprofundados, principalmente para nortear a qualidade da pesquisa acadêmica desenvolvida no Brasil, portanto, a escolha do tema vai ao encontro das necessidades das instituições de combate à esta prática nociva à pesquisa, à inovação e ao crescimento intelectual do indivíduo plagiário. Há o vislumbre de ao final deste trabalho, encontrar subsídios para demonstrar quais ações necessitam de maior concentração de esforços por parte das universidades para diminuir a incidência de plágio e aumentar a qualidade da sua pesquisa acadêmica.

2. CONCEITOS E LEGISLAÇÃO

2.1 Conceituando Direitos Autorais

Para Carlos Alberto Bittar (2004, p.8), direito autoral é “o ramo do Direito Privado que regula as relações jurídicas advindas da criação e da utilização econômica de obras intelectuais estéticas e compreendidas na literatura, nas artes e nas ciências”.

Antônio Chaves (1995, p.11) nos explica, que, para Clóvis Beviláqua, direito autoral é o que tem o autor de obra literária, científica ou artística de ligar seu nome às produções do seu espírito e de reproduzi-las. Na primeira relação é manifestação da personalidade, na segunda é de natureza real e econômica.

Segundo Fábio Ulhoa Coelho (2016, p.256) os Direitos Autorais possuem dois grandes regimes, também chamados de sistemas legislativos na obra de Bittar (2004, p.9), que coexistem em tradições de direito diferentes, o *Copyright*, na tradução “*direito de cópia*”, adotado na *Common Law*, de tradição anglo-americana, e o *Droit D'Auteur*, na tradução “*direito do autor*”, cuja gênese é o direito francês, adotado na *Civil Law*, na tradição romano-germânica. No Brasil, em razão da histórica filiação ao sistema *Droit D'auteur*, o direito autoral é centrado no criador da obra intelectual. É ele o principal destinatário da proteção jurídica (COELHO, 2016, p. 262)

Há, segundo Chaves (1995, p.19) três principais correntes divergentes quanto à natureza jurídica dos Direitos Autorais: duas teorias monistas (a que defende a preponderância do direito do autor como direito de propriedade e a que defende o direito do autor como preponderantemente um direito moral) e uma teoria dualista.

A corrente dualista dos Direitos Autorais, majoritária no Brasil, defende a existência de dois feixes de direitos, ligados entre si, formando um direito “*sui generis*”. À esta corrente filiam-se, entre outros, Bittar, Fragoso, Paranaguá e Branco, e Fábio Ulhoa Coelho.

Os direitos autorais não se cingem, nem à categoria dos direitos reais, de que se revestem apenas os direitos denominados patrimoniais, nem à dos direitos pessoais, em que se alojam os direitos morais. Exatamente porque se bipartem

nos dois citados feixes de direito, [...] que estão por sua natureza e sua finalidade, intimamente ligados em conjunto incindível – não podem os direitos autorais se enquadrar nesta ou naquela das categorias citadas, mas constituem nova modalidade de direitos privados. (BITTAR, 2014, p.11)

Os direitos compreendidos neste ramo, dadas suas características peculiares ao possuírem dois espectros, o primeiro ligado ao aproveitamento econômico da obra e o segundo ligado aos direitos personalíssimos, faz com que não seja possível na opinião de Branco (2013, p.5) classificar o direito autoral como uno, ainda que sejam capazes de formarem um microssistema jurídico próprio, segundo Paranaguá e Branco (2009, p.20), com fundamentação na lógica constitucionalista.

A lei brasileira (Lei nº9.610, de 19/02/1998), em seu artigo 3, não obstante estabelecer que os direitos autorais reputam-se como “bens móveis”, em nada altera a circunstância de ser o Direito Autoral um direito *sui generis*, em razão da convivência daquele duplo aspecto já referido, de natureza patrimonial e de natureza moral, cada qual seguindo um regime particular [...]. Tal disposição encontra eco na chamada teoria dualista do direito do autor. (FRAGOSO, 2009, p.28)

A teoria dualista do direito do autor, com essa dupla natureza dos direitos autorais prevalece na legislação brasileira tendo sido acolhido pelo legislador quando da criação da Lei de Direitos Autorais atualmente em vigor (Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, modificada pela lei 12.853 de 14 de agosto de 2013), na qual aparece explicitamente essa bipartição. Essa posição apesar de majoritária encontra divergências na doutrina.

Ascensão (1997, p.612), compreende o direito autoral através da teoria monista, assegura ele o caráter personalíssimo do direito autoral, refutando a tese da propriedade, uma vez que ligado ao espírito, o direito autoral prescindiria de forma física, sendo impossível lhe aplicar institutos como a posse, resultando no monopólio, direito exclusivo pertencente ao autor e oponível erga omnes, para a exploração do aspecto econômico da obra.

Esta também é a compreensão de Silmara Chinellato, que considera uno o direito autoral e, portanto, mais adequada sua compreensão como direito da personalidade. (CHINELLATO, 2008, p.80-82 *apud* CRIVELLI, 2012, p.17)

A visão contemporânea dos direitos autorais como direito *sui generis* nos remete ao conceito mais amplo que enquadra esse direito autônomo dentro do direito de propriedade intelectual, que seria o gênero, enquanto o direito autoral seria uma espécie, tal como o direito de propriedade industrial, e converge para noção de propriedade intelectual apresentada pela Convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI (*WIPO* em inglês), realizada em Estocolmo em 1967:

A propriedade intelectual é tradicionalmente dividida em dois ramos, ‘propriedade industrial’ e ‘direitos autorais’.

A Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), concluída em Estocolmo em 14 de julho de 1967, art.2º, VIII, estabelece que ‘a propriedade intelectual deve incluir direitos relacionados a:

- obras literárias, artísticas e científicas,
- performances de artistas intérpretes ou executantes, fonogramas e transmissões,
- invenções em todos os campos do empreendimento humano,
- descobertas científicas,
- desenhos industriais,
- marcas registradas, marcas de serviço e nomes comerciais e designações,
- proteção contra a concorrência desleal,

E todos os outros direitos resultantes da atividade intelectual nos campos industrial, científico, literário ou artístico’. (*WIPO*, 2004, p.3, tradução nossa)

Para fins deste estudo, é seguida a teoria dualista dos direitos autorais, que melhor se adapta à análise do fenômeno do plágio acadêmico por sua capacidade didática de contemplar as relações jurídicas da obra com o autor, enquanto criação do espírito, através dos direitos da personalidade, e enquanto bens móveis, através dos direitos patrimoniais envolvidos.

Essa distinção é crucial para o estudo do plágio acadêmico, visto que na maioria das vezes não há uma comprovação de afronta direta aos direitos patrimoniais, porém há uma nítida usurpação dos direitos morais. “O Plágio [...] atinge essencialmente a personalidade do autor, mas lesa reflexamente a utilização econômica da obra” (SCHEGGI, 1945, p.228 apud CHAVES, 1983, p.408).

2.2 Direitos Autorais no Brasil

Os direitos autorais foram introduzidos efetivamente no ordenamento jurídico brasileiro pelo Código Penal de 1890 (BRASIL, 1890) que trazia um capítulo para tratar dos crimes contra a propriedade literária, artística, industrial e comercial, embora o Código

Criminal de 1830 (BRASIL, 1830) já fizesse menção indireta aos direitos autorais em seu capítulo VIII, ao tratar do uso indevido da imprensa, contudo, a finalidade desta legislação criminal estava ligada à regulamentação da atividade de imprensa na época do império, ainda que tenha reconhecido o direito moral de paternidade do autor com a obrigatoriedade da referência do seu nome na obra, diferentemente do Código Penal de 1890, que trouxe um arcabouço mais amplo ao tipificar e cominar pena ao que denominava crime de contrafação.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 (BRASIL, 1891), que foi a segunda constituição brasileira, em seu artigo 72^a, reconhece a existência dos direitos autorais na dupla dimensão, enquanto espectro de direitos morais e enquanto espectro de direitos patrimoniais, estes últimos com a possibilidade de aproveitamento econômico por parte do autor e seus sucessores.

A primeira Lei de Direitos Autorais Brasileira, Lei nº496 (BRASIL, 1898), foi sancionada em 1º de agosto de 1898, com o propósito de definir e garantir os direitos autorais sob a égide da Constituição de 1891.

A previsão constitucional de 1891, componente da declaração de direitos e garantias individuais foi replicada nas constituições posteriores, exceto na constituição de 1937, nascida sob a égide da ditadura do Estado Novo e de inspirações fascistas, que suprimiu tal previsão constitucional substituindo-a pelo Art. 7º, inciso XX, no qual previa a competência exclusiva da união para legislar sobre direito de autor; imprensa; direito de associação, de reunião, de ir e vir (BRASIL, 1937). Com o fim da era Vargas, a nova ordem constitucional reposicionou os direitos autorais na Carta Magna de 1946 dentre os Direitos e Garantias Fundamentais, no seu art. 141, § 17, § 18 e § 19, mesmo na Carta Magna de 1967, portanto durante o regime militar, havia previsão dos direitos autorais de forma expressa nos art. 150, § 24 e § 25.

A Constituição de 1967 guarda, entretanto, uma relação ambígua com os direitos autorais, ao passo em que manteve sua previsão constitucional, instituiu órgãos de fiscalização e permitiu o funcionamento de instituições civis, criou um simulacro da efetivação destes direitos, empreendendo uma grande expansão na repressão da liberdade de expressão através das ações de censura preventivas e repressivas, principalmente, à

cargo de dois órgãos: a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP) do Departamento de Polícia Federal, criada em 1946, e o Serviço de Informação do Gabinete (SIGAB), órgão clandestino, o primeiro responsável pela censura às diversões públicas (músicas, cinema, teatro, livros e revistas) e o último a quem cabia a censura à imprensa brasileira: jornais, rádio e televisão (DORBENRSTEIN, 2007, p.65). Toda a atuação censória do regime militar esteve acompanhada de uma tendência legisladora, na tentativa de imprimir legitimidade às ações do regime.

A segunda lei brasileira de direitos autorais nº 5.988 (BRASIL, 1973), data de 14 de dezembro de 1973 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1974, composta de 134 artigos, regulava os direitos autorais em seus dois espectros, direitos autorais patrimoniais e direitos autorais morais, foi revogada quase na íntegra pela lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, permanecendo em vigor apenas o art.17 que trata do registro das obras intelectuais.

Com a redemocratização, a Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988), no seu artigo 5º, incisos XXVII e XXVIII reafirmou os direitos autorais no ordenamento jurídico brasileiro dentre os direitos e garantias fundamentais e inovou na garantia trazida no inciso IX do mesmo artigo, que contém o princípio da liberdade de expressão, segundo a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto de São Jose da Costa Rica, 1969), em seu artigo 13, que ao mesmo tempo é imprescindível para o exercício da cidadania num estado democrático, ao garantir aos cidadãos terem voz e poder de manifestar suas convicções e aspirações políticas, e contém a “liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias”, requisito fundamental dos direitos autorais, uma vez que constitui a gênese da criação da obra.

A liberdade de comunicação consiste num conjunto de direitos, formas, processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação. É o que se extrai dos incisos IV, V, IX, XII, e XIV do art. 5º combinados com os arts. 220 a 224 da Constituição. Compreende ela as formas de criação, expressão e manifestação do pensamento e de informação, e a organização dos meios de comunicação, está sujeita a regime jurídico especial. (SILVA, 2000, p. 247)

Convivendo com a legislação pátria, foram recepcionadas pela constituição de 1988 as convenções internacionais sobre direitos autorais das quais o Brasil é signatário:

- Convenção Interamericana sobre os direitos de autor em obras literárias, científicas e artísticas, também conhecida como Convenção de Washington - Decreto nº. 26.675 de 18 de maio de 1949 (BRASIL, 1949);

- Convenção de Berna de 1886, revista em Paris em 24.07.71 – Decreto nº. 75.699, de 06 de maio de 75 (BRASIL, 1975);

- Convenção Universal sobre o Direito de Autor - Decreto nº. 76.905 de 24 de dezembro de 1975 (BRASIL 1975).

A consagração dos direitos autorais, enquanto direitos de primeira dimensão ocorre a partir da Convenção de Berna, em 09/09/1886; tendo sido a mesma completada em Paris, em 1896, revista em Berlim, em 1908, completada em Berna, em 1914, revista em Roma, em 1928, em Bruxelas, em 1948, em Estocolmo, em 1967, e Paris, em 1971, e, finalmente, modificada em 28/09/1979, atual texto em vigor (NETTO, 1998, p. 22.)

Para efeitos da estrutura hierárquico-normativa, o Supremo Tribunal Federal – STF, adota a interpretação jurídica de que os tratados e convenções internacionais que não versarem sobre direitos humanos possuem paridade hierárquica com as leis ordinárias.

2.3 Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 – Lei de Direitos Autorais

2.3.1 Obra

O conceito de obra integra o *caput* do art.7º da LDA: “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro (..)” (BRASIL, 1998).

(...) A ideia, para se comunicar, tem pois de descer da sua imaterialidade para encarnar numa determinada maneira de expressão. (...) Assim, a obra literária ou artística é uma criação intelectual exteriorizada. Pode essa manifestação fazer-se por um texto escrito, ou até oralmente, como nas conferencias, aloçções, sermões e outras obras da mesma natureza; pode fazer-se pelo desenho, pela fotografia, pelo cinema; pode ser uma obra musical ou uma carta geográfica. Em qualquer caso, ela representa a exteriorização de uma criação do espírito. (ASCENÇÃO, 1997, p.30).

Para Fragoso (2009 p.122), para que a criação do intelecto (*corpus mysticum*) se torne uma obra, faz-se necessária que ela se exteriorize materialmente, que constitua um fenômeno perceptível aos sentidos, manifestado no tempo e/ou espaço, neste ínterim surge a diferenciação da obra e o seu suporte (*corpus mechanicus*), este último é a forma física que adota ou assume ou se expressa, seja escrita, plástica, musical, coreográfica e a diferenciação da obra e o meio ou processo de comunicação, uma locução, representação, execução, reprodução, distribuição que fazem a obra ser percebida pelo espectador/receptor.

No art.5º da LDA (BRASIL, 1998), encontramos algumas características da obra. Primeiramente cabe distinguir obra originária e obra derivada. A obra originária é aquela tal e qual pensada pelo seu autor, com todas as características com que foi criada, livre de qualquer interferência do trabalho intelectual de terceiro, e que se apresenta no suporte em que o autor a colocou.

A obra derivada é aquela criada por terceiro a partir da obra originária, porque teve acesso à essa e obteve permissão do autor para criar a partir dela (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009, p.118). Assim, uma tradução consiste em uma obra derivada, uma vez que sofreu o processo de intelecção e interpretação do tradutor, que dará, dentro de sua vivência pessoal, um significado correlato em língua estrangeira para aquilo que foi escrito originalmente pelo autor, da mesma forma as adaptações cinematográficas e novelísticas, as dramatizações para teatro, as formas abreviadas dos livros para se tornarem acessíveis ao público infanto-juvenil, os arranjos musicais ou qualquer outra forma de transformação ou adaptação da obra originária.

Obra em coautoria é aquela criada por mais de um autor, podendo ser absolutamente indivisível, em que mais de um autor realizou criação intelectual sobre um mesmo trecho, de modo que não se consiga determinar o que é fruto do intelecto de um e o que é fruto do intelecto do outro ou relativamente indivisível, na qual é possível apontar qual parte é criação de cada um (BITTAR, 2004, p.37).

A obra poderá ser pseudônima, quando ocultar o nome do verdadeiro autor através de nome ou símbolo convencionado. É uma prática bastante popular, basta recordar os

heterônimos Alberto Caieiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos (heterônimos do poeta português Fernando Pessoa), Pablo Neruda (pseudônimo do poeta chileno Ricardo Eliécer Neftalí Reyes Basoalto), George Orwell (pseudônimo de Eric Arthur Blair, escritor inglês nascido na Índia Britânica), Lewis Carrol (pseudônimo do escritor inglês Charles Lutwidge Dodgson), e Susana Flag (pseudônimo do escritor brasileiro Nelson Rodrigues).

A obra poderá ser anônima, aquela que não indica o nome do seu autor, por vontade deste ou por ser desconhecido, dentro desta categoria há de se considerar as obras apócrifas, que são aquelas em que a autoria não está comprovada, apenas presumida, um exemplo são os Evangelhos Apócrifos do Mar Morto.

A obra poderá ser inédita, isto é, nunca publicada, e poderá ser póstuma, que é aquela publicada após a morte do autor, pelos seus herdeiros ou sucessores; nesta última categoria temos o exemplo das obras de Tolkien, *O Silmarillion*, *Contos Inacabados*, *Os Filhos de Húrin* e *A Queda de Arthur*, que permaneceram inéditas durante toda a vida de Tolkien e só foram publicadas após a sua morte por Christopher Tolkien, filho do autor.

Por último, a obra poderá ser constituída de material audiovisual, composto de som e imagens, utilizando-se de diferentes tecnologias e formas de linguagem.

O art.7º da LDA (BRASIL, 1998), traz em seus incisos as exemplificações das obras protegidas e o art.8º, incisos I à VII, encontramos aqueles que não são objeto de proteção da LDA.

O fenômeno do plágio muitas vezes é difícil de ser comprovado, principalmente em se tratando de obra em coautoria e obra coletiva, nas quais não se possa definir a parte criada por cada um dos autores. Para Chaves (1983, p.407) “o plágio não resulta da lei: é anterior a ela, decorre da própria obra”, portanto, as características da obra também podem contribuir para a dissimulação do plágio ou para dificultar a sua caracterização.

A própria transformação de uma obra originária em uma obra derivada depende da autorização do autor. Segundo Branco (2007, p.25), em cada obra nova a “criação não

deve ser idêntica a qualquer outra obra anterior, devendo guardar suficiente originalidade criativa com efeitos exteriores.

2.3.2 *Direitos Morais do Autor*

Segundo José Carlos Costa Netto (1998 p.135), os direitos morais antecederam os patrimoniais na consciência de seus titulares, entretanto, foram tutelados na ordem posteriormente, e nos ensina que os direitos morais do autor, assim como os demais direitos da personalidade são indisponíveis, intransmissíveis e irrenunciáveis e que esta limitação em transacionar ou renunciar a tais direitos evita o esvaziamento da personalidade jurídica por ato de vontade do autor, consistindo matéria de ordem pública.

A lei brasileira resguarda, a ligação imaterial que o autor possui com a obra criada por ele, sendo o momento da criação da obra também o momento do nascimento dos direitos morais, que de pronto se incorporam à personalidade do seu autor.

“[A] atribuição originária dá ao criador o direito à paternidade da obra, que é um dos direitos pessoais do autor. É esse aliás o conteúdo do art. 24, I, da LDA, um pouco desfocado por o preceito pôr o acento na reivindicação, quando o deveria pôr no próprio direito de paternidade”, segundo José de Oliveira Ascensão (1997, p.74).

Os direitos morais do autor, dizem respeito à paternidade da obra, à indicação do nome do autor, executor ou intérprete sempre que haja utilização da obra, à conservação da obra inédita, à garantia de integridade da obra, à modificação da obra, à retirada da obra de circulação ou suspensão da utilização, e ao acesso a exemplar único e raro que esteja em poder de terceiro. (COSTA NETTO, 1998, p.136-137).

Direitos morais são em regra intransferíveis, porém sofrem limitações em razão do interesse público e da incidência de outros direitos fundamentais, tais como acesso à cultura, educação, liberdade de expressão e privacidade. Segundo nos ensina Fragoso (2009, p.315), esse conjunto limitador, também denominado *fair use* ou uso legal, está previsto na LDA nos art.46 a 48, e compreende exceções tais como a liberdade do uso

nas notícias vinculadas pela imprensa, a citação para fins de estudo, crítica ou polêmica, a demonstração de obras à clientela, etc.

Outro caso de exceção à regra acontece por disposição da própria lei. Quando da morte do autor, parte dos seus direitos morais são transferidos para os herdeiros ou sucessores, nos termos do artigo 24, § 1º da Lei de Direitos Autorais, entretanto, há de se observar que somente são transferidos aqueles direitos que não tiverem sido objeto de cessão por parte do autor.

De maneira imprecisa e pouco técnica, a LDA informa que os direitos previstos nos incisos I a IV transmitem-se aos herdeiros do autor. Ocorre que a interpretação literal do dispositivo não faz sentido. Quanto aos incisos I, e II, é certo que não se trata da transmissão do direito de o herdeiro reivindicar para si a autoria da obra do de cujus nem tampouco de ter seu nome a ela vinculado. Só pode a lei estar fazendo referência à defesa do direito do autor da obra, e não da herança propriamente dita do direito. O mesmo se pode dizer do inciso IV, já que a LDA é expressa em afirmar que competirá ao herdeiro (que sucedeu o autor nos termos do § 1º do art. 24) defender a reputação ou a honra do autor morto caso modificações na obra venham a ferir qualquer desses direitos. Diverso, no entanto, é o entendimento quanto ao inciso III. De fato, aqui há verdadeira transmissão do direito, já que passará a competir ao sucessor do autor decidir quanto à conveniência de publicar a obra do autor falecido ou mantê-la inédita. (BRANCO, 2011. p.44)

A compreensão dos direitos morais é primordial para entender o plágio acadêmico, uma vez que, “é essencialmente uma questão ética que consiste no ato de tomar para si, de qualquer forma ou meio uma obra intelectual de outra pessoa” (WACHOWICZ, 2012, p.420), portanto ferindo direito da personalidade do autor, “mais do que qualquer prejuízo econômico que possa causar, retira do autor da obra seu direito moral de ser reconhecido como tal” (BIANCAMANO, 2014, p.19).

Essa violação ao direito moral consistente na nulificação da ligação perpétua entre o autor e a obra, atacando o seu direito de paternidade. Portanto o plágio primeiramente fere o direito moral do autor, e posteriormente reverbera no direito patrimonial e possui ainda várias outras implicações, afetando inclusive uma coletividade, uma vez que possui repercussões acadêmicas, ligadas à qualidade da pesquisa e à qualidade da formação ética

2.3.3 *Direitos Patrimoniais do Autor*

As faculdades patrimoniais consistem no poder exclusivo de fruir ou utilizar a obra, presentes no art. 28 da LDA, onde se compreende a possibilidade de divulgação, publicação, exploração econômica por qualquer forma. Esses direitos, elencados pela lei, “dizem respeito à gravação ou fixação, à extração de cópias para comercialização, à sincronização ou inserção em filmes, em geral, à tradução, adaptação e outras transformações e à execução pública de uma obra” (MASSON, 2012, p.702)

Deste direito à exploração econômica desprendemos a possibilidade do autor em negociar seus direitos patrimoniais originários, baseando-se no princípio da autonomia da vontade, seja através da cessão, da autorização ou da concessão, tanto totais quanto parciais, necessitando-se frisar a consideração de que os modos de exploração da obra são independentes entre si.

O tempo para exploração econômica da obra dura 70 anos a contar de primeiro de janeiro do ano subsequente ao ano da divulgação no caso de obras anônimas, pseudônimas, audiovisuais e fotográficas, podendo ser exploradas pelo autor, seus herdeiros ou cessionários durante este período (GANDELMAN, 2004. p.61-62), que findo fará a obra ingressar em domínio público, e durante toda a vida do autor, transmissível aos seus herdeiros pelo prazo de 70 anos a contar de primeiro de janeiro do ano subsequente ao ano de falecimento do autor no caso de obras comuns, inclusive obras póstumas, prazo que findo fará a obra ingressar em domínio público (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009, p.53).

Outra característica dos direitos patrimoniais do autor, nos ensina Henrique Gandelman (2004. p.58), é sua incomunicabilidade no regime do casamento da comunhão parcial, entretanto, os rendimentos gerados pela exploração das obras se comunicam. Isto equivale a dizermos que num eventual divórcio o cônjuge não poderá solicitar a meação dos direitos patrimoniais do autor, tão somente perceberá a meação nos frutos/rendimentos gerados na constância do casamento.

Embora no plágio acadêmico seja difícil mensurar o proveito econômico que o plagiário irá obter através desse meio fraudulento, é inegável que ele irá auferir ganhos, na forma de titulação acadêmica, prestígio, progressão, que não lhes são legítimos, porque conquistados com dissimulação a partir da obra alheia. Através dessa ótica é possível entender que o autor plagiado poderá se socorrer do direito civil para buscar a justa compensação do dano através de uma ação de danos morais e materiais.

2.3.4 *Direitos Conexos*

Os direitos conexos, têm gênese no direito francês, assim, juntamente com o *Droit D'Auteur*, surgem os *droits voisins*, ou direitos vizinhos na tradução. Guardam proximidade e ligação com os direitos autorais, porém não dizem respeito à criação da obra, mas à sua interpretação, execução e difusão (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009, p.125). O art. 89 da LDA estipula que “as normas relativas aos direitos de autor aplicam-se, no que couber, aos direitos dos artistas intérpretes ou executantes, dos produtores fonográficos e das empresas de radiodifusão” (BRASIL, 1998); os direitos específicos dos intérpretes e executantes estão previstos nos artigos 90 a 92 da LDA e os direitos dos produtores no art.93. Segundo Branco (2011, p.100), no âmbito internacional os direitos conexos foram regulados através da Convenção de Roma em 1961.

2.3.5 *Autoria versus titularidade*

Autor, no Brasil, é sempre a pessoa física criadora da obra intelectual, conforme o art. 11 da LDA. A identificação do autor será feita através do nome civil, completo, ou abreviado, por suas iniciais, pseudônimo ou outro sinal convencionado, conforme art. 12 da LDA. A ligação entre o autor e sua obra é especial, o autor projeta em sua criação intelectual a própria personalidade, essa fusão entre sujeito e objeto é considerada relevante pelo direito autoral, principalmente na proteção dos direitos morais do autor (COELHO, 2016, p.278.)

O autor, portanto, é aquele que se reveste dos direitos morais decorrentes da obra, havendo uma perpetuidade do vínculo do autor com a obra, conforme leitura da LDA, Art. 27.

Titular (no Brasil) pode ser pessoa física ou jurídica. Segundo Gadelman (2004, p.34) “a titularidade de uma pessoa jurídica pode ser adquirida por qualquer meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em direito”. Deste modo, aquele que exerce os direitos patrimoniais sobre a obra, sendo ao mesmo tempo o titular originário ou inicial será sempre o autor, que poderá ceder ou conceder esta titularidade, a título gratuito ou oneroso, através de um instrumento contratual. Os direitos passíveis de serem cedidos encontram-se no Art. 28 da LDA . “Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística e científica”. (BRASIL. 1998)

2.3.5.1 A cessão dos direitos autorais e a licença

Ao autor, sucessor ou titular, é resguardado o direito de transferir à terceiros, total ou parcialmente, os direitos patrimoniais que recaem sobre a obra, fazendo circular tal patrimônio, pessoalmente ou por meio de representante legalmente constituído através de licenciamento, concessão, cessão ou ainda por outro meio admitido em direito. (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009, p. 94)

O autor usará um instrumento contratual para regular os termos de cessão ou licença de uma obra, ou seja, tratar de dirimir os termos em que serão cedidos ou licenciados os direitos patrimoniais que recaem sobre a obra. Para ceder os direitos patrimoniais sobre a obra de forma total e definitiva, o contrato tem como requisito a forma escrita, assim determinada pela lei de direitos autorais em seu art.49, II, entretanto, para a licença não há requisito de forma na lei. Para uma melhor compreensão, faz-se necessário diferenciar cessão e licença, embora, a lei de direitos autorais não seja muito clara quanto à esta terminologia, gerando equívocos por parte dos contratantes.

Caracteriza-se a cessão pela transferência da titularidade da obra intelectual, com exclusividade para o(s) cessionário(s). Já a licença é uma autorização dada pelo autor para que um terceiro se valha da obra, com exclusividade ou não, nos termos da autorização concedida. Ou seja, a cessão assemelha-se a uma compra e venda (se onerosa) ou a uma doação (se gratuita), e a licença, a uma

locação (se onerosa) ou a um comodato (se gratuita). (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009, 94)

Conforme nos ensina Fábio Ulhoa Coelho (2016, p.331) a cessão poderá ser total, caso em que há transferência completa e definitiva de todos os direitos patrimoniais do autor sobre a obra, hipótese em que o autor, detentor originário dos direitos patrimoniais, não mais poderá escolher como sua obra será divulgada, publicada, adaptada, exposta ou comercializada, ou poderá ser uma cessão parcial, onde haverá a escolha de quais direitos serão cedidos, a possibilidade da opção por um período de tempo determinado, o qual findo fará regressar os direitos ao patrimônio do autor, sendo que em ambas as formas, o autor/cedente poderá impor condições suspensivas e/ou resolutivas.

Nos ensinamentos Sérgio Branco e Walter Britto (2013, p.87) a licença é a autorização de uso da obra intelectual e possui caráter limitado, ou seja, pode ser concedida por tempo determinado, determinar a forma e o meio de utilização ou comercialização, possui caráter público, uma vez que não necessita de contrato particular, e também caráter geral, já que não se limita a um indivíduo específico, podendo o direito ser exercido por qualquer pessoa interessada.

Segundo Costa Netto (1998, p.142-143), quando se faz a autorização ou uma licença de uso de obra intelectual, é indispensável a existência e detalhamento das seguintes cláusulas:

A) Finalidade do uso: deverá precisar a forma como a obra deverá ser divulgada, exposta ou comercializada, sobre cada um dos meios ou suportes poderão ser utilizados, sobre o objetivo da utilização, e a circunscrição da localização geográfica dentro a qual será permitida a utilização da obra;

B) Prazo de duração, com termo inicial e final da autorização/licença;

C) Preço ou valor da autorização/licença, se este será em cota única, periódica, ou a cada reutilização;

D) Possibilidade da criação de obras derivadas.

Através do instrumento contratual adequado o autor, titular originário ou inicial da obra, cede ou licencia os direitos patrimoniais dela decorrentes e, portanto, na cessão transmite a titularidade de tais direitos, e na licença permite o uso, transformação ou aproveitamento econômico sem que se caracterize transferência de titularidade dos direitos.

A LDA brasileira, faz o uso indiscriminado do termo cessão, não há a adoção de distinção entre cessão e licença, nem quanto as características de temporalidade que seriam requisitos de cada uma, nem quanto a delimitação do seu objeto, essa imprecisão técnica acaba alimentando o uso equivocado do termo cessão nos contratos particulares tanto para a transferência de direitos quanto para a autorização de uso. Neste ínterim pode-se compreender que tanto o cessionário quanto o licenciado poderá ser pessoa física ou jurídica.

2.3.6 *Domínio público*

Para Branco (2011, p.55) o domínio público ocorre quando não há mais a incidência dos direitos autorais de espectro patrimonial, nem de parte dos direitos autorais de espectro moral sobre a obra, permitindo desta forma, que a obra seja livremente copiada, distribuída, modificada e explorada, sem a necessidade de autorização seja do autor, do titular dos direitos patrimoniais, do editor ou de seus sucessores ou representantes, resguardados aqueles direitos morais do autor que tenham características imprescritíveis.

Há basicamente quatro hipóteses nas quais a obra ingressa em domínio público:

A) Por decurso de tempo que, em regra, no Brasil é de 70 anos a contar de primeiro de janeiro do ano subsequente ao ano de falecimento do autor no caso de obras comuns e de 70 anos a contar de primeiro de janeiro do ano subsequente ao ano da divulgação no caso de obras anônimas, pseudônimas, audiovisuais e fotográficas;

B) Por falecimento do autor sem deixar herdeiros;

C) Obra de autoria desconhecida;

D) Por renúncia aos direitos patrimoniais e antecipação dos efeitos do domínio público, constituindo expressão da vontade do autor, obrigatoriamente através de instrumento escrito.

A *internet*, aproximou o conteúdo da informação do usuário final, e possibilitou que a revolução tecnológica ganhasse contornos de globalização, entretanto, o conteúdo exposto na *internet* dá a falsa aparência de estar em domínio público. Neste ponto a LDA é silente, enfrentando grandes dificuldades em se adaptar aos casos concretos envolvendo violações de direitos autorais na *web*, “a ideia de conectividade e interatividade veio para ficar. Por isso, os problemas decorrentes do acesso e uso de obras intelectuais por meio de sistemas interligados precisam ser enfrentados o quanto antes” (BRANCO, 2007. p.178).

A dinâmica do plágio está bastante ligada à dinâmica da *internet*, inclusive para Wachowicz e Costa (2016, p.130) “O Plágio Acadêmico [...] podem [sic] apresentar novas formas, originados [sic] pelo uso de novas tecnologias da informação e comunicação”.

A suposição da boa-fé do plagiário que encontra a obra disponível na *internet* e sem indicação de autoria e faz uso dessa obra sem averiguar a fonte, não se sustenta perante a LDA, porém é um dos fatores preponderantes do plágio acidental, porque decorre da falta de interesse do estudante em procurar a autoria e, portanto, recorre a facilidade de copiar e colar o texto pronto e deficiente de paternidade, que não se enquadra, nos requisitos do domínio público, que permanecem os mesmos das obras físicas, para as obras disponíveis na *internet*.

2.3.7 O registro de autoria

O registro das obras está previsto no art.17 da lei 5.988, antiga lei brasileira de direitos autorais, de 14 de dezembro de 1973, que foi parcialmente revogada, permanecendo vigente apenas este artigo.

O Registro de autoria é realizado em órgãos específicos de acordo com a natureza de cada obra. Para Paranaguá e Branco (2009, p. 28), embora não seja obrigatório uma vez que a lei não obriga o autor a cumprir nenhuma formalidade, na maioria das vezes, constitui matéria de prova, ou seja, na possibilidade de uma controvérsia jurídica, será declarado autor aquele que possuir o registro, seguindo a regra da anterioridade.

O registro de todas as obras tuteladas pelo Direito Autoral é facultativo. Na literatura em geral, no caso de livros, basta a publicação ou a divulgação da obra para que esta venha a ser protegida pelo direito autoral em todos os países signatários da Convenção de Berna. (WACHOWICZ, 2015. p.431)

Para Gandelman (2004. p.35), “quando a LDA em seu art. 13, usa a expressão ‘não havendo prova em contrário’”, trata-se de uma presunção relativa, ou *juris tantum* em latin, significando que essa presunção só se sustenta até ser constituída prova em contrário, embasada na alegação de que sua obra é anterior aquela contestada. Provar anterioridade é provar quem primeiro criou uma determinada obra, isso só é possível em decorrência da data certa, atribuída através do registro e conferida por agente dotado de fé pública para esta finalidade.

Lista dos órgãos de registro no Brasil:

- Obras literárias, científicas e artísticas: Fundação Biblioteca Nacional;
- Composições musicais: Escola de Música da Universidade Federal;
- Obras de desenho, pintura, escultura, litografia e artes cinética: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Filmes: ANCINE – Agência Nacional de Cinema;
- Plantas arquitetônicas e projetos: CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura na respectiva unidade da federação.

A Convenção Internacional de Berna (1886) desobriga o registro ao afirmar que: “Art. 5º. 2) O gozo e o exercício desses direitos [autorais] não estão subordinados a

qualquer formalidade”, todavia, com a popularização da internet e a quantidade de conteúdo sem indicação da procedência ou mesmo da autoria, é aconselhável ao autor que providencie o registro para, ao se tornar vítima da ocorrência do plágio ou da exploração ilegal da obra na internet, ter meios de garantir a comprovação da sua autoria e resguardar seus direitos.

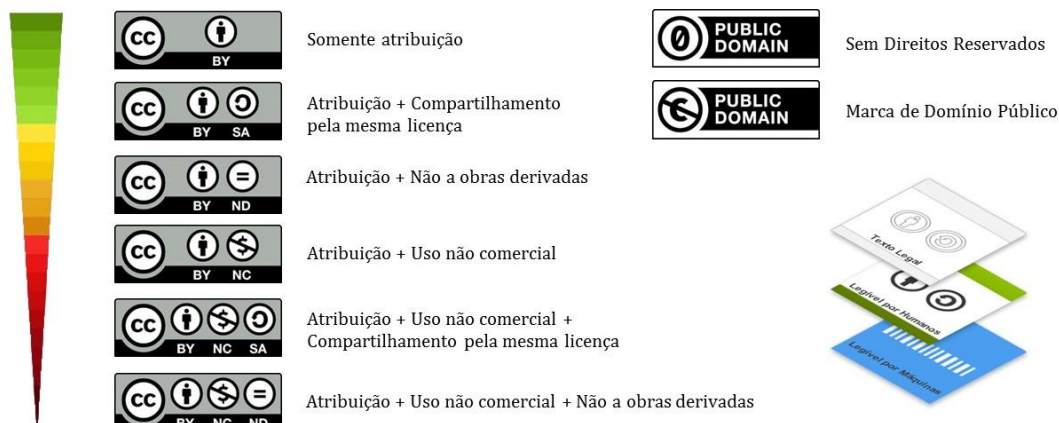
2.3.8 *Licenças Creative Commons - CC*

São licenças públicas e sem fins lucrativos, administradas no Brasil pela escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, que se responsabiliza pela tradução e adaptação das licenças às regras jurídicas brasileiras.

Segundo Lemos (2005, p.84), as licenças CC possuem três camadas: a primeira é o texto legal, também chamado de texto integral, com o detalhamento das cláusulas em jargão jurídico. A segunda camada é formada pelos símbolos que representam cada cláusula, através de um resumo explicativo, também conhecida como “legível para humanos”. A terceira camada é a versão digital, ou seja, legível por máquinas.

O autor/criador irá trabalhar com a licença na versão “legível para humanos”. Suas condições/cláusulas são representadas através símbolos, de modo a formar modelos abertos, de maneira que o usuário possa escolher e reunir as cláusulas que lhe interessam criando uma licença com características específicas.

Figura 1



Os quatro principais elementos segundo Sérgio Branco e Walter Britto (2013. p.88) são os seguintes:

Os direitos morais equivalem ao elemento ATRIBUIÇÃO (BY) das licenças Creative Commons, que compõe obrigatoriamente todas as licenças CC, porque são irrenunciáveis e inalienáveis.

Os direitos patrimoniais designados direitos de exploração ou direitos econômicos são representados pelo elemento USO NÃO COMERCIAL (NC).

O terceiro elemento busca manter a integralidade da obra, trata-se do elemento NÃO A OBRAS DERIVADAS (ND), através do qual o autor veda a possibilidade de modificação da sua obra.

O quarto elemento, COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA (SA), é aquele em que o autor determina que qualquer obra derivada somente poderá ser compartilhada nos mesmos termos que a obra originária.

As licenças CC poderão apresentar ainda outros elementos como RECOMBINAÇÃO (*Sampling*), MARCA DE DOMÍNIO PÚBLICO e SEM DIREITOS RESERVADOS, entre outros.

São licenças atípicas, uma vez que não previstas especificamente no ordenamento jurídico brasileiro e retiram sua validade do art. 425 do Código Civil (BRASIL, 2001) que declara a licitude dos contratos atípicos desde que observadas as normas gerais fixadas neste código.

3. PLÁGIO

3.1 O conceito de plágio

Antônio Chaves (1995, p.40) atribui a origem do vocábulo plágio ao poeta romano Marcial, no século I d.C., que comparava seu poema, de que outro autor se havia apropriado, a uma criança, que tivesse caído em mãos de um sequestrador (em latim *plagiarius*), originando o termo moderno plagiário.

Eis que esta conduta social reprovável atravessou os tempos e se renovou com dois eventos históricos, o primeiro foi, segundo Roger Chartier (1994, p.185-186), a revolução técnica que a invenção da imprensa por Gutemberg no século XV significou para a reprodução de textos e para a produção de livros no ocidente, bem como a xilogravura no século VIII no oriente, e o segundo foi o surgimento do texto eletrônico no final do século XX. Entretanto, há um novo fator, que só se consolida após a publicação dessa análise por Chartier, que tem preponderância para a disseminação do plágio: a revolução da informação, caracterizada principalmente pelo aparecimento e popularização da internet.

Segundo Krokosz (2012, p.9) “no ambiente acadêmico, o plágio envolve um terceiro sujeito além do criador e do reproduzidor: o espectador”, esse terceiro elemento que poderá ser o orientador e/ou a banca ou ainda outro leitor, é aquele capaz de identificar o plágio, entretanto é também aquele o qual o plágio tenciona enganar. Analisando essa dinâmica, nota-se que o criador, que poderia requerer seus direitos perante a justiça, na maioria das vezes, sequer sabe que foi vítima de plágio, isso dificulta que busque a reparação civil e até mesmo penal, restando a possibilidade da sanção administrativa a ser aplicada pela instituição de ensino à qual o plagiário está vinculado, quando houver uma previsão normativa.

Para a Comissão de Integridade de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (2011, p.4):

Plágio consiste na apresentação como se fosse de sua autoria, de resultados e conclusões anteriormente obtidos por outro autor, bem como de textos integrais ou parte substancial de textos alheios sem os cuidados detalhados nas diretrizes. Comete igualmente plágio quem se utiliza de ideias ou dados

obtidos em análise de projetos ou manuscritos não publicados aos quais teve acesso como consultor, revisor, editor, ou assemelhado.

Blackman adota o conceito de plágio da Associação da Linguagem Moderna (*Modern Language Association – MLA*), “apresentar as ideias, informações, expressões ou trabalho completo de outra pessoa como sendo seu próprio” (*MODERN LANGUAGE ASSOCIATION*, 2016, *apud* BLACKMAN, 2017, p.3, tradução nossa), e considera que o plágio tem implicações éticas, legais e profissionais.

O plágio acadêmico possui ainda um outro viés, baseado na internacionalização do conhecimento. A construção do conhecimento científico depende de padrões metodológicos e éticos fixados pela comunidade científica internacional, indispensáveis para que a obra seja reconhecida e divulgada. Desta forma, a observação de padrões das instituições internacionais para as quais os trabalhos acadêmicos, artigos científicos serão submetidos é fator preponderante para o aceite e a qualidade do trabalho.

Para o *Massachusetts Institute of Technology – MIT* (2016, p.5, tradução nossa) “não há proteção de ideias ou fatos, mas há proteção da expressão particular e original de uma ideia em palavras ou imagens, quando elas são expressas em uma forma tangível”, em decorrência, todo e qualquer material publicado ou de outra pessoa, terá de ser destacado entre aspas e indicada a fonte ou parafraseado com a indicação da fonte original sob pena de incorrer no plágio acadêmico e sofrer as sanções cabíveis.

3.2 Modos de ocorrência do plágio

O plágio possui modos de ocorrência bastante distintos quanto à intenção do plagiário: o plágio intencional e o plágio acidental. É nesse sentido a classificação de Thiollent ([s.d.], p.2):

Observe-se que podem existir dois tipos de plágio: o plágio intencional com cópia de trechos de textos, figuras, tabelas de dados, gráficos sem citação de fonte, e, por outro lado, o plágio inconsciente, às vezes relacionado à inexperiência do candidato quanto ao uso de fontes, resenhas, resumos ou paráfrases das ideias dos autores que compõem a bibliografia, sem clara demarcação entre essas ideias e seus comentários próprios.

Para Krokosc (2012, p.22-23) o plágio acidental está intimamente ligado à qualidade da escrita, ou seja, a forma como o redator usa as normas técnicas. A imperícia do redator pode advir do desconhecimento da forma correta de se fazer as citações dentro do texto ou mesmo da negligência ao apresentar as fontes, fazendo-a de maneira imprecisa e inadequada. Esta falta de clareza ao indicar as ideias, informações e expressões pertencentes ao outro, na opinião de Thiollent ([s.d.], p.4), é um dos principais fatores para que o leitor não consiga distinguir quais passagens ou paráfrases pertencem ao autor que está sendo citado e quais pertencem ao autor que está fazendo a citação, essa má elaboração, fruto da desorganização de quem está citando acaba por produzir um plágio acidental. Por outro lado, o plágio intencional, segundo Maurer, Kappe e Zaka (2006, p.1050, tradução nossa), consiste em “um ato deliberado de copiar de forma completa ou parte do trabalho dos outros, sem dar o devido crédito ao criador original”

3.3 Tipos de plágio

3.3.1 Plágio “palavra por palavra”

É o plágio *ipsis litteris*, na qual o plagiário realiza a cópia de um trecho ou passagem sem promover nenhuma modificação no texto original, tomando-o como seu e deixando de citar a fonte, também chamado de plágio integral por Wachowicz (2015, p.35) e de plágio *word for word* por Clough (2003, p.2) e Krokosc (2012, p.39).

O tipo de plágio mais primário é a incorporação de trechos de obras sem aspas e sem referência. Vale a pena prestar atenção a traduções de obras estrangeiras ou textos de autores pouco conhecidos que são de difícil rastreamento na web. Sempre as referências devem ser precisas, com indicação de autores, ano da publicação e número da página de onde foi extraída a informação. (THIOLLENT, [s.d.], p.4)

3.3.2 Plágio paráfrase

Consiste, segundo Wachowicz (2015, p.437), Krokosc (2012, p.43) e Clough (2003, p.2), na reprodução das ideias contidas no trecho ou passagem original, com palavras diferentes do original, porém seguindo o mesmo encadeamento. Trata-se de uma

paráfrase que, entretanto, não indica a autoria através da citação da fonte, se apropriando de conceitos alheios, portanto, trata-se de plágio conceitual.

3.3.3 *Plágio mosaico*

Segundo Wachowicz (2015, p.436), e Krokosz (2012, p.44) trata-se de um plágio parcial, que consiste na compilação de fragmentos de diversas fontes que são unidos através de conjunções que lhes dê coesão e coerência, sem a indicação das fontes de onde cada fragmento é proveniente.

3.3.4 *Plágio mercantil ou de conluio*

Implica na simulação da autoria. Segundo Clough (2003, p.2) o plagiário põe o seu nome no trabalho de outro, apresenta como sendo seu trabalho cedido ou comprado, portanto, de comum acordo com o autor real, também chamado de plágio consentido por Krokosz (2012, p.50).

Wachowicz (2015, p.443-444) divide essa categoria em duas: plágio por encomenda, no caso do trabalho comprado e plágio cedido, no caso do trabalho feito por um amigo ou familiar.

A Lei de Direitos Autorais 5.988/73 (BRASIL, 1973), que foi revogada pela atualmente em vigor em 1998, permitia a figura da obra sob encomenda e determinava a divisão de parte dos direitos patrimoniais da obra entre o autor e o encomendante, permaneciam com o autor, entretanto, todos os direitos morais da obra. A doutrina das obras feitas sob encomenda é peculiar ao modelo *Copyright*, onde os direitos pertencem originariamente ao encomendante e o criador é chamado *ghost writer* (na tradução escritor fantasma), porém, desde a revogação da lei 5.988/73, esta atividade não tem previsão legal no Brasil.

Na prática, segundo Savignon e Cesário (2014, p.90), “a atividade de *ghost writer* ocorre de maneira oculta e regulada através de contrato particular”, e a problemática de

tal atividade é centrada na análise da renúncia de direitos morais em favor do encomendante, vedada por lei. A solução, segundo as autoras, para o exercício legal da atividade, é a previsão contratual de que na relação fiduciária entre eles, o que está sendo negociado é o não exercício dos direitos de autor por parte do *ghost writer*, para que o pacto não se oponha à lei, e de que havendo a vontade dele, este poderá reivindicar seus direitos sobre a obra.

3.3.5 *Plágio Indireto ou de simulação da fonte*

Consiste em um ardil mais elaborado, Segundo Wachowicz (2015, p.439), que aproveita o conteúdo de terceiros, dissimulando-o e apresentando-o como obra nova. A apropriação das citações de terceiros é um exemplo do plágio indireto, ao que Krokosc (2012, p.47), chama de plágio da fonte de pesquisa e Clough (2003, p.2) chama de *plagiarism of secondary sources*, na tradução plágio de fontes secundárias, uma vez que o autor não vai à fonte primária, aproveitando-se de fonte transversal, sem dar o devido crédito a quem realizou o esforço intelectual de reunir e tratar as informações/conhecimento. Entretanto para Wachowicz (2015, p.439) o plágio indireto é mais amplo que o plágio da fonte de pesquisa, porque pode consistir na usurpação de sumário, apresentação (Power Point), planilha, gráfico, figura e dados, sempre que extraídos sem a citação da autoria real.

3.3.6 *Autoplágio*

Reprodução pelo mesmo autor de trechos de sua autoria já utilizados em outros trabalhos/publicações, para a obtenção de vantagem diversa da anteriormente recebida, e sem utilizar-se da autocitação, conforme conceito de Wachowicz (2015, p.448) e de Krokosc (2012, p.53). Para Blackman (2017, p.2, tradução nossa) o autoplágio refere-se ao fato de um autor “reproduzir o conteúdo, no todo ou em parte, de um trabalho prévio seu e corresponde a apresentar este trabalho antigo como sendo novo”.

Para Biancamano (2014, p.90) há duas interpretações possíveis “que o autor pode invocar seus estudos anteriores para o atual, nas partes que não lhe forem

fundamentais” e um segundo entendimento que considera o autoplágio censurável, uma vez que o “autoplágio tem relação com a originalidade, com a falta de ineditismo da obra”, que seria um dos seus requisitos.

No universo acadêmico o autoplágio tem criado casos midiáticos por envolverem pessoas célebres. Em fevereiro de 2012, o jornal A Folha de São Paulo noticiou que “o ex-secretário estadual da Educação e [então] pré-candidato a prefeito de São Paulo, o deputado Gabriel Chalita usou teses praticamente idênticas para concluir dois mestrados, um em ciências sociais e outro em direito” (MACHADO, 2012).

3.3.7 Plágio transversal ou plágio às avessas

Segundo Wachowicz (2015, p.440) é a atribuição de citação a terceiro, que não o verdadeiro autor da obra, trecho ou passagem. Serve para emprestar prestígio à citação que passa a ser atribuída a pesquisador eminente ou para dissimular uma pesquisa mal executada quando o plagiário não guardou os dados de autoria e referência e, portanto, atribui a terceiro para poder fazer uso daquela citação.

3.4 Diferenciação entre plágio, cópia e pirataria

Desde o início da abordagem pela lei penal, no Brasil, a previsão do tipo criminal está associada ao crime de contrafação. Segundo o dicionário Aulete Digital “Imitação fraudulenta de um produto industrial, de uma obra de arte ou de literatura; edição de um livro que tem voga, feita sem autorização do proprietário da obra, e em seu prejuízo. ”, entretanto este conceito que é apresentado, aparentemente condizente com o conceito de plágio e de pirataria, possui diferenciação para os doutrinadores. José Carlos Costa Netto (1998 p.187), acrescenta que esta acepção de contrafação é um conceito genérico. Assim sendo, para ele, podemos tomar contrafação como sendo um gênero, do qual plágio e pirataria seriam espécies.

Cópia é a reprodução da obra original, que pode ser autorizada ou não pelo autor/titular, sendo que apenas a cópia não autorizada, nos termos da lei, fere os direitos

autorais, portanto, é preciso distinguir a cópia legal da cópia ilegal. Além da cópia autorizada pelo autor/titular, há os casos de permissão expressa no art. 46 da LDA (BRASIL, 1998), que determina que “não constitui ofensa aos direitos autorais [...] II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro”, consagrando parte do *fair use*.

Segundo Gandelman (2004, p.96) a pirataria é a atividade de copiar ou reproduzir livros, gravações de som, gravações de imagens, softwares ou outros suportes físicos que contenham obras intelectuais, com o intuito de obter lucro com a venda de tais cópias/reproduções. A pirataria difere da falsificação, uma vez que na falsificação há a dissimulação, a pretensão de que o produto passe por legítimo ferindo também o direito do consumidor, enquanto o produto pirateado é apresentado como um similar desde logo.

Diferentemente do plágio, a contrafação realiza-se pela reprodução integral ou parcial, de obra ou de fonograma, sem a usurpação do nome dos autores ou dos produtores, organizadores ou outros titulares. Será sempre caracterizada pela reprodução não autorizada, havida por qualquer meio ou processo que a caracterize, como pela cópia, armazenamento, distribuição por cabo, satélite, etc. (FRAGOSO, 2009. p.294)

Conforme previsão do MIT (2016. p. 5, tradução nossa) “o plágio ocorre quando você usa as palavras, ideias, afirmações, dados ou figuras de outros, e não reconheça que você fez isso”. Chaves (1983, p.406) distingue a contrafação como sendo um aproveitamento econômico ilícito e escancarado, ou seja, o usurpador colhe os benefícios econômicos da obra, que caberiam ao autor, sem se preocupar em esconder o real autor da obra reproduzida, enquanto no plágio há o intuito da dissimulação, de esconder o autor real, além disso o aproveitamento é disfarçado, mascarado, diluído e, portanto, difícil de ser aferido.

3.5 O Combate ao Plágio Acadêmico

3.5.1 Sanções penais

Sanções de privação de liberdade e multa para o crime de plágio encontram previsão no Art.184 do Código Penal em vigor, artigo que foi inteiramente reformado pela lei nº 10.695 de 1º de julho de 2003, que revogou também o Art.185.

Logo no caput do artigo 184 “Violar direitos de autor e os que lhe são conexos” (BRASIL, 1940), nota-se que se trata de uma norma penal em branco, cujo preceito primário da lei incriminadora é complementado pela LDA (MASSON, 2012, p.701). Para a interpretação da lei penal, portanto será necessário observar as violações dos direitos autorais na LDA, previstas nos art. 24 a 29, e as atipicidades, previstas no art.46 a 48. (CUNHA, 2016, p.407).

O núcleo do tipo consiste no verbo “violar”, verbo que indica ação, daí a noção de que este tipo é comissivo, ou seja, requer a pratica da ação pelo plagiário e seu meio de execução é de forma livre, uma vez que não prescrita em lei, mas também poderá ser omissivo impróprio, no qual o agente se omite dolosamente, sendo o objeto jurídico tutelado “a propriedade imaterial, formada pela relação jurídica do seu autor com a obra”, tanto no seu espectro moral, quanto no seu espectro patrimonial (MASSON, 2012, p.703).

A violação do direito autoral é crime comum, portanto, não exige nenhuma qualificação do agente que pratica a conduta. “O sujeito passivo é o autor da obra plagiada, herdeiros ou sucessores, o terceiro quando titular do direito violado e também os titulares dos direitos conexos”, conforme nos ensina Marcus Cláudio Acquaviva (2010, p.167).

Na qualificadora, prevista no art.184 § 2º, conforme Rogério Sanches Cunha (2016, p. 409), “O crime é punido a título de dolo (vontade consciente de praticar a conduta típica descrita), somado à finalidade especial de obtenção do lucro (elemento subjetivo do tipo)”, cuja pena é de crime de elevado potencial ofensivo, diferentemente do crime comum previsto no caput, que constitui infração penal de menor potencial ofensivo.

Branco (2007, p130) define a conduta “plágio como crime de falsidade ideológica, em documentos particulares ou públicos (art. 299 do Código Penal)”, entretanto, este não é o acompanhamento doutrinário do direito penal. Quando o estudante comete o plágio a intenção é dissimular a verdade, ocultando-a parcialmente, ao deixar de mencionar o

verdadeiro autor de trecho que toma para si. Para caracterizar a falsidade ideológica não pode haver contribuição do plagiário na obra, é necessária a ocultação total de verdade, dessa forma apenas as formas de plágio integral e o plágio de obra comprada ou cedida podem se adequar a esse tipo penal. Assim sendo, para Cunha (2016, p.691):

Trata-se de crime de ação múltipla, que prevê cinco ações nucleares:
 a) omitir declaração: o agente ao confeccionar o documento (público ou particular) deixa de mencionar informação que nele deveria constar (crime omissivo puro);
 b) inserir declaração falsa: o agente introduz ideia falsa no documento (público ou particular) que redige;
 [...]

Para Krokosz (2012, p.14) a peculiaridade do plágio no ambiente educacional escapa de possíveis enquadramentos judiciais, uma vez que o intuito de lucro, ao menos no aspecto financeiro, não está presente, o que requer formas diferentes de abordagem. Por se tratar de um crime de dissimulação nem sempre são encontrados os elementos necessários à sua configuração. “No crime de plágio, a avaliação dos aspectos subjetivos, especialmente no que concerne à efetiva intenção do agente, é primordial. Trata-se de ação dolosa de usurpação (convenientemente ‘camuflada’) da obra alheia”. (NETTO, 1998, p. 189)

3.5.2 *Sanções civis*

A apreensão de exemplares ou suspensão da divulgação, compõe sanção civil que poderá ser exercida pelo autor, sucessor, ou titular dos direitos patrimoniais conforme o art. 102 LDA. “O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível” (BRASIL, 1998).

Outra das sanções possíveis é a de divulgação obrigatória do verdadeiro nome do autor. Segundo Paranaíba e Branco (2009, p.124) o intérprete ou executante possui ainda a prerrogativa de proibição da obra, nos termos do art.90 da LDA.

Nos casos de plágio acadêmico, as possíveis reparações previstas na LDA são insuficientes, a medida judicial mais adequada na esfera civil, é aquela “que conduz à

reparação do dano por meio de indenização pecuniária”, que deverá ser sopesada tendo em vista “os danos efetivamente causados” e as “condições subjetivas” do plágio. (WACHOWICZ; COSTA, 2016, p.36)

3.5.3 *Medidas Institucionais e Preventivas*

A maioria da literatura encontrada trata das medidas institucionais e preventivas em conjunto. Para Williams (2013, p.8, tradução nossa) “as medidas preventivas possuem natureza dissuasiva, a intenção consiste em criar um ambiente onde os estudantes não se sintam instigados a plagiar”, portanto, a partir do pensamento de Williams, podemos inferir que as medidas institucionais possuem caráter preventivo, porém são unilaterais em sua construção, porque dependem da ação direta institucional: “criação de *Hotsite* institucional; adoção de uma política institucional antiplágio; criação de guias, *folders* e manuais; instauração de Comissão de Ética” ou equivalente, são os exemplos dessas medidas na abordagem de Krokosz (2011, p. 761).

Thiollent ([s.d.], p.6) aponta para uma a necessidade de medidas institucionais que possibilitem uma “campanha de informação e debate público sobre o tema para [...] deixar bem claro que em todas suas formas (intencional ou não) o plágio é um delito grave que, em caso de descoberta em tempo, será sancionando por diversos meios regimentais”. Essas medidas institucionais são as ações de esclarecimento; palestras, workshops; as capacitações integradas aos cursos; e as formações éticas, segundo Krokosz (2011, p.761).

Muitas universidades nos Estados Unidos têm políticas bem definidas para classificar e lidar com a má conduta acadêmica. Regras e informações sobre isso estão disponíveis para estudantes durante o processo de inscrição, através de folhetos informativos e nos sites da universidade [...]. As penalidades que podem ser impostas pelos professores incluem aviso escrito ou verbal, notas insuficientes ou inferiores e trabalhos extra. O tratamento de casos institucionais envolve audiência e investigação por um Comitê, com os acusados cientes e partícipes de todo o processo. (MAURER; KAPPE; ZAKA, 2006, p.1053, tradução nossa)

A título exemplificativo do funcionamento das medidas de prevenção a *University of Johannesburg* (2013, p.9), adota em sua política institucional sobre plágio as medidas

de competência da própria universidade enumerando como fundamentais: a facilidade de compreensão da política educacional antiplágio por toda a comunidade acadêmica; a colocação de avisos sobre o plágio em todas as guias de aprendizagem destinadas os estudantes; a obrigatoriedade da declaração de originalidade do trabalho; a utilização de ferramentas de detecção do plágio acadêmico e a adoção de procedimentos disciplinares justos, previamente acordados e de conhecimento da comunidade acadêmica.

Segundo Macdonald e Carroll (2007, p.244) pensando na função pedagógica das universidades, as instituições educacionais deveriam focar nas medidas preventivas, para evitar que o problema tome dimensões maiores que requeiram a implantação das medidas de detecção e de punição, no fracasso do estudante plagiário há também uma contribuição significativa do fracasso da própria experiência de aprendizagem.

3.5.4 Medidas Diagnósticas

Uma das principais linhas de combate ao plágio é a detecção de similaridade realizada por softwares especializados. O controle digital para Thiollent ([s.d.], p.5) é parte integrante necessário das medidas a serem desenvolvidas pela universidade, recorrer a essas ferramentas não substitui, entretanto, a inteligência do orientador e da banca, é preciso compreendê-las como um mecanismo de eficácia limitada e que, portanto, precisa atuar em conjunto com as demais medidas, principalmente as que possuem foco na orientação.

Para Meuschke e Gipp (2013, p.64) a maioria dos métodos disponíveis no mercado, de forma paga ou freeware, funcionam através da comparação de caracteres similares, essa técnica eficaz nos casos de plágio mais grosseiros, diminui conforme há o aprimoramento na dissimulação e confusão entre as ideias do autor citado e as observações e transformações do texto inseridas pelo plagiário, o método de comparação por cadeias frasais também encontram o mesmo tipo de limitação.

De acordo com o site de escrita criativa da USP São Carlos há vários softwares antiplágio no mercado brasileiro: *AntiPlagiarist* - ACNP Software; *CheckForPlagiarism.net*; *CopySpider*; *Ephorus*; Farejador de plágios 10.1; *Plagiarism advice*; *Plagiarism Detect*; *Plagiarisma – online*; *Plagium – Online*; *Plagius - Detector de Plágio Personal 2.0*; Turnitin; Viper.

A Ordem dos Advogados do Brasil recomenda, através de proposição de medidas para prevenção do plágio, “às instituições de ensino superior do país, para que utilizem softwares de busca de similaridade na internet e em bancos de dados [...] e adotem políticas de conscientização e informação” (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 2010, p.5).

3.5.5 Medidas Coercitivas Administrativas

Para Williams (2013, p.8, tradução nossa) “as medidas coercitivas pretendem a criação de um ambiente, onde, independentemente da motivação ou intencionalidade dos estudantes, as chances de detecção e punição sejam extremamente altas”.

Segundo o pensamento presente na pesquisa de Maurer, Kappe e Zaka (2006, p.1056, tradução nossa) “As penas podem incluir censura oficial, exercícios de treinamento de integridade acadêmica, trabalho social, notação de transcrição, suspensão, expulsão, revogação de diploma ou certificado e [...] encaminhamento do caso às autoridades legais”.

Nas universidades norte-americanas os sistemas punitivos em vigor para desacreditar os plagiários tendem a ser parte integrante dos Códigos de honra universitários que, efetivamente implementados, pode fazer com que os estudantes pensem muito bem antes de se envolverem com o plágio. Estes "códigos de honra" da universidade têm uma longa história, e são tratados muito seriamente pelas autoridades. (Williams, 2013, p.8, tradução nossa)

As sanções ao plágio acadêmico, no âmbito administrativo, devem obedecer ao princípio da legalidade, obedecendo a anterioridade e a previsão normativa das sanções cominadas. Além disso há de se observar o devido processo legal, com a abertura de sindicância e apuração, que resguardem o contraditório e a ampla-defesa. Para Korkoscz

(2012, p.87) “constatado o fato, as sanções podem variar de acordo com a gravidade, sobretudo considerando-se que o plágio pode acontecer acidentalmente. Também é preciso levar em conta a extensão da ocorrência do plágio”.

4. METODOLOGIA –

O marco teórico metodológico seguido nesta pesquisa foi desenvolvido por Krokosz, em 2011, no artigo “Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil”.

4.1 A seleção de amostragem

Para atingir intuito central deste estudo, de criar um panorama das medidas antiplágio nas universidades brasileiras com maior/melhor produção acadêmica, o primeiro passo consiste em delimitar quais universidades iriam compor a amostragem da pesquisa.

A ideia inicial era utilizar um ranking nacional, que trouxesse uma análise quantitativa/qualitativa da pesquisa realizada no país. Para tanto foi escolhido o Ranking Universitário da Folha – RUF, entretanto, de acordo com o objeto em estudo, não seria adequado utilizar o Ranking Geral, melhor adaptado a este objeto é o Ranking por Qualidade de Pesquisa do ano de 2016, que será utilizado.

O Ranking Universitário da Folha – RUF, é desenvolvido, desde 2012, pelo Grupo Folha, ao qual pertence o jornal de maior circulação diária no Brasil, o Folha de São Paulo, com o intuito de avaliar a educação superior no Brasil através de cinco quesitos: Pesquisa, Ensino, Inovação, Internacionalização e Mercado, sendo que cada um desses quesitos possui um ranking próprio, que ao ser ponderado com os demais dá origem ao Ranking Geral.

Segundo o site do RUF (2016), “os dados (...) do RUF são coletados (...) em bases de patentes brasileiras, em bases de periódicos científicos, em bases do MEC e em pesquisas nacionais de opinião feitas pelo Datafolha”. O mesmo site informa que o quesito pesquisa leva em conta os seguintes critérios: número de trabalhos científicos publicados, quantidade de citações recebidas, recursos captados em agências de fomento, publicações em revistas científicas nacionais e proporção de docentes com bolsa de produtividade do CNPq, considerando em separado a produtividade de alunos e de docentes.

Após coletadas as informações do RUF, a fim de maximizar o alcance da amostragem, principalmente com relação a visão da produção acadêmica brasileira, vista através de instituições internacionais, tomou-se por bem acrescentar dois rankings internacionais, sediados em continentes diferentes, e tomar como amostragem aquelas universidades que aparecessem em todos os três, a fim de garantir que a pesquisa desenvolvida por tais universidades possui visibilidade tanto no cenário nacional quanto internacional.

O segundo ranking selecionado foi o Times Higher Education - THE, desenvolvido desde 2004, pela revista inglesa de mesmo nome, pertencente ao grupo TES Global. O THE possui 13 critérios, que integram os cinco indicadores gerais: *Teaching* (ensino), *Research* (pesquisa), *Citations* (citações), *International Outlook* (internacionalização) e *Industry Income* (inovação) e seus dados são obtidos em parceria com a empresa Elsevier.

O Ranking do THE utilizado, foi o *Best Universities in South America 2017* (Melhores Universidades na América do Sul em 2017), e reorganizadas as universidades brasileiras através do critério *Research* (pesquisa). O indicador *Research*, por sua vez, é formado através da análise dos dados referentes ao volume/quantidade de produção científica, reputação da pesquisa e investimento em pesquisa.

O último ranking utilizado foi o *Center for World University Rankings* - CWUR, criado em 2012 em Jeddah, na Arábia Saudita e atualmente com sede nos Emirados Árabes Unidos. O ranking utilizado foi o CWUR 2016 – Brazil, sendo que as universidades foram reordenadas pelo indicador “*publications*” (publicações). Tal critério é baseado no número de publicações em periódicos indexados.

A lista resultante do cruzamento das informações contidas nos três rankings (RUF, THE e CWUR) contém as 16 universidades que aparecem simultaneamente nos três. Coincidentemente todas as universidades resultantes são instituições públicas, 12 delas são Universidades Federais e 04 são Universidades Estaduais:

USP – Universidade de São Paulo;

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas;

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro;
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo;
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho;
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais;
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos;
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;
UFPR- Universidade Federal do Paraná;
UFABC – Universidade Federal do ABC;
UFBA – Universidade Federal da Bahia;
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco;
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria;
UFF - Universidade Federal Fluminense.

4.2 Os Critérios da Pesquisa

Os critérios para sistematizar os dados seguem a propositura de Krokosz (2011, p.760), para dividir os dados em quatro grandes critérios ou categorias, cada uma por sua vez com as subdivisões destinadas a cada tipo de ação em relação ao plágio acadêmico. Para permitir um enfoque na natureza coercitiva o último critério foi reestruturado para conter o detalhamento da previsão normativa e aprofundar a possível discussão de resultados em relação ao direito brasileiro.

Critério 1. Medidas institucionais do plágio acadêmico:

- a) A instituição possui um Hotsite com conteúdo exclusivo sobre plágio?
- b) A instituição possui uma política Institucional sobre o plágio, para a graduação e/ou para a pós-graduação?
- c) A instituição cria e disponibiliza de guias, manuais, tutoriais e similares?

d) Existe na instituição Comissão de Integridade Acadêmica, Comitê Disciplinar, Sindicância, Comissão de Ética ou órgão similar, cuja função seja erigir resoluções e realizar os processos investigativos relacionados às suspeitas de plágio?

Critério 2. Medidas preventivas do plágio acadêmico:

a) Medidas preventivas de orientação:

A instituição promove ações de esclarecimentos para a comunidade educacional com a definição e/ou caracterização do plágio, tais como conferências, workshops, formulários de declaração da idoneidade do trabalho, indicação de links para aprofundamento sobre o assunto, uso de cartilhas de outras instituições?

b) Medidas preventivas de capacitação:

A instituição promove ações de instrumentalização, tais como cursos, atividades, exercícios, abordagem disciplinar, elaboração de manuais de escrita acadêmica, tópico de disciplina ou orientações para a elaboração de trabalhos acadêmicos?

c) Medidas preventivas de formação ética:

A instituição promove ações de apelo a princípios e valores, ações voltadas para a importância do compromisso e desenvolvimento de princípios éticos, como a preservação da reputação do aluno?

Critério 3. Medidas diagnósticas do plágio acadêmico:

a) A instituição indicação e/ou fez a aquisição de softwares de detecção do plágio?

b) Caso a instituição indique ou tenha feito a aquisição, o uso do software é obrigatório ou facultativo por parte dos professores e orientadores?

Critério 4. Medidas coercitivas do plágio acadêmico:

a) A instituição possui previsão normativa de vedação à conduta do plágio acadêmico? Foram consideradas as normas previstas em Código de Ética; Código de Conduta, Regimento Geral, Estatuto ou equivalente. Somente foram compilados os dados de normas adotadas em nível institucional, portanto, capazes de repercutir sobre todos os cursos de graduação ou ainda sobre todos os cursos de pós-graduação da instituição.

b) O tipo infracional previsto é aberto (genérico), porém passível enquadrar as infrações por plágio ou é um tipo fechado (que inclui o termo plágio ou o conceito de plágio)?

c) Qual órgão ou agente é competente para aplicar as sanções?

d) Quais as sanções previstas nas normas da universidade (advertência, repreensão, suspensão e expulsão/desligamento)?

4.3 As Fontes de Pesquisa

Esta pesquisa, foi realizada através da união de duas técnicas: a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p.157-158) a pesquisa documental se pauta na coleta de dados provenientes de documentos escritos ou não, sendo denominada pesquisa de fontes primárias, estas fontes podem ser contemporâneas, aquelas feitas no momento da ocorrência do fenômeno, ou retrospectivas, aquelas compiladas após o acontecimento.

As fontes escritas primárias e contemporâneas analisadas nesta pesquisa são provenientes dos arquivos institucionais, inclusive documentos administrativos, disponíveis na *Home Page* das universidades para a coleta dos dados referentes aos critérios: Medidas Institucionais, Medidas Preventivas e Medidas Diagnósticas analisados.

Para a coleta de dados para estes critérios foram procurados os termos: Plágio, Ética, Software Antiplágio, Comissão de Ética e Sindicância Disciplinar. Os resultados foram analisados até a terceira página do resultado da busca e tratados de maneira

qualitativa para encontrar as respostas, para as perguntas propostas em cada critério, a partir da similaridade das palavras e do contexto.

As fontes provenientes dos documentos oficiais com força normativa hospedados nos respectivos sítios eletrônicos foram utilizadas para a coleta dos dados para o critério Medidas Coercitivas.

Os termos de busca digitados no campo de pesquisa na *Home Page* das universidades foram: Regimento Geral, Estatuto, Código de Ética e Código Disciplinar.

Os resultados foram analisados até a terceira página de busca, e considerados na pesquisa apenas os disponíveis para download ou com o texto na íntegra disponível na página e analisados a partir da previsão normativa do plágio acadêmico, de conceito que se coadune ao plágio, ou ainda de tipo aberto capaz de incluir o plágio; dos tipos de sanções aplicáveis e da autoridade competente para a aplicação.

A pesquisa bibliográfica consultada teve como fontes a imprensa escrita, artigos, livros, dissertações e teses (ainda que consultados em formato eletrônico). Essas fontes foram subsidiárias das fontes primárias e utilizadas para ilustrar o texto com notícias, recuperar conceitos necessários à compreensão da temática e dos dados obtido a partir das fontes primárias, e como arcabouço teórico para o desenvolvimento da metodologia e interpretação dos resultados. Segundo Marconi e Lakatos (2010. p.166) “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Universidade de São Paulo

Na USP, o que mais se assemelha a um hotsite é o Portal de Escrita Criativa da USP São Carlos que reúne informações sobre ética na pesquisa e como criar um texto científico, entretanto diz respeito a apenas um dos campus da USP.

Na USP os comitês de ética são formados dentro de cada unidade, sendo deles a responsabilidade por investigar infrações e aplicar a penalidade.

A USP desenvolve atividades de conscientização e orientação através do Sistema integrado de Bibliotecas – SIBI, inclusive para treinamentos utilização de *software* antiplágio e dos seus institutos através de palestras como as desenvolvidas pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) em 2015, com o tema "Má conduta científica: plágio e fraude". As políticas antiplágio são de responsabilidade de cada curso, desta forma, alguns institutos e cursos como o Instituto de Ciências Matemáticas e Computação e o curso de Nutrição, possuem atividades integradas às disciplinas para instigar a integridade acadêmica.

O SIBI – Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, disponibiliza a partir de 2017, aos professores credenciados nos programas de pós-graduação o *software OriginalityCheck Turnitin*, para ser utilizado como ferramenta diagnóstica do plágio acadêmico na USP. Embora haja uma orientação para que os professores e orientadores façam uso do software, não há nenhum ato normativo obrigando o uso.

O código de ética da USP em seu artigo 28 traz o tipo fechado em seus incisos “III - utilizar, sem referência ao autor ou sem a sua autorização expressa, informações, opiniões ou dados ainda não publicados”, conceito que se aproxima do conceito de plágio apresentado pelo CNPq (item 3.1); inciso “IV - apresentar como originais quaisquer ideias, descobertas ou ilustrações, sob a forma de texto, imagens e representações gráficas ou qualquer outro meio, que na realidade não o sejam”; e inciso “V - falsear dados ou deturpar sua interpretação científica”. No Art. 39, o referido código de ética explicita a

competência da Comissão de Ética para apurar a ocorrência das infrações e para encaminhar suas conclusões às autoridades competentes para as providências cabíveis, entretanto, tal código não traz de forma explícita as sanções cabíveis e a forma de aplicação. Nos casos de plágio, a procuradoria da USP recomenda, através do manual de esclarecimento às comissões de graduação das unidades, a aplicação de advertência ou sanção mais gravosa:

Na realização de prova por ‘cola’ ou ‘cópia’, a Procuradoria entende ser aplicável a sanção de advertência verbal ou a recomendação de processo para aplicação de sanção mais grave, a depender do contexto, sem prejuízo de representação à Comissão de Ética da USP. No caso específico de plágio ou cópia de trabalhos já publicados (teses, livros, manuais etc.), o aluno também poderá ser responsabilizado criminalmente. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2014. p.22)

Tabela 1

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
USP	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X	X		Originality Check Turnitin	não
Instituição	Medidas Coercitivas							
USP	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Art. 28 - Código de Ética		X	*à cargo da Comissão de ética				

5.2 Universidade Estadual de Campinas

O jornal da UNICAMP possui várias matérias de esclarecimento e instrução sobre o plágio, ética na pesquisa e a discussão de diretrizes. Os diferentes institutos realizam ações e atividades de conscientização e capacitação: O Centro de Pesquisa em Engenharia e Ciências Computacionais (Cepid) realiza o workshop “Ética de dados - das Humanas às Exatas”; a Faculdade de Ciências Médicas (FCM) realiza um ciclo de palestras sobre a atuação dos Comitês de Ética, entretanto as buscas realizadas não retornaram dados sobre atividades integradas às disciplinas.

A UNICAMP oferece, através do seu Sistema de Biblioteca – SBU, desde dezembro de 2016, o *software OriginalityCheck Turnitin* e treinamento aos docentes para a utilização da ferramenta de diagnóstico antiplágio. (BOLETIM..., 2016, p.2)

O Regimento Geral da Unicamp possui um tipo aberto em seu art. 27, VII – “recorrer a meios fraudulentos, com o propósito de lograr aprovação ou promoção” que podemos interpretar como incluindo o plágio. As sanções integram o art. 28 do mesmo regimento e preveem advertência, repreensão, suspensão até dois anos, demissão (em se tratando de funcionário/docente) e expulsão (discentes). Quanto à competência para aplicar tais penalidades o art.232 do Regimento esclarece que para advertência e suspensão de até 3 dias são competentes os professores, para advertência, repreensão e suspensão de até 30 dias são competentes os diretores das unidades universitárias e para as demais penalidades, a Congregação ou órgão equivalente, conforme o Regimento da Unidade, e para todas as penalidades é competente o magnífico reitor.

Tabela 2

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UNICAMP	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X			Originality Check Turnitin	não
Instituição	Medidas Coercitivas							
UNICAMP	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Art.227, VII do Regimento Geral da Unicamp	X		Congregação, órgão equivalente e Reitor	X	X	X	X

5.3 Universidade Federal do Rio de Janeiro

A UFRJ possui um site institucional da Câmara Técnica de Ética em Pesquisa, vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação que contém as diretrizes sobre integridade acadêmica, fazendo referência também ao plágio, entretanto sem que essa seja diretriz principal das orientações do site.

A Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia) realiza, a cada dois anos, em parceria com outras universidades e institutos do país, a conferência internacional "*Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics*" - *BRISPE*, na tradução Encontro Brasileiro de Integridade na Pesquisa, Ciência e Ética na Publicação, sendo que as edições I (2010) e II (2012) foram realizadas no Rio de Janeiro, a edição III (2014) foi realizada na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, e a edição IV (2016) na Universidade Federal de Goiás. São recorrentes as palestras da Coppe na área de Integridade em Pesquisa, que incluem a temática plágio, entre outras, incluindo parcerias com os diferentes institutos da UFRJ.

Os órgãos investigadores na UFRJ são as Comissões de Sindicância, a quem cabe a apuração das ocorrências, a devida identificação dos partícipes e os encaminhamentos ao Diretor da Unidade, Congregação ou Conselho Universitário, com base no Código Disciplinar da UFRJ.

A normatização antiplágio consta do Regimento Geral da UFRJ, na parte que compõe o Código Disciplinar da UFRJ, art. 285. O tipo infracional é aberto "atos que incidam contra (...) o patrimônio moral, científico, cultural e material". As sanções integram o parágrafo único do art. 285 e consistem em: advertência verbal; repreensão; suspensão e desligamento. A competência por sua vez é descrita no Art. 288 - A aplicação das sanções de advertência verbal, repreensão e suspensão até 15 (quinze) dias é da competência de autoridade singular (Diretor da Unidade) sendo as sanções de suspensão por mais de 15 (quinze) dias e de desligamento privativa de órgãos colegiados (Congregação e Conselho Universitário).

Tabela 3

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFRJ	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X				
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFRJ	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Art. 285 Regimento Geral da UFRJ	X		Direitor, congregação, Conselho Universitário	X	X	X	X

5.4 Universidade Federal de São Paulo

A Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, realiza ações de orientação à comunidade acadêmica, como a palestra "Levantamento em bases de publicações e Plágio", para seus tutores da Educação à Distância – EaD. O Manual do Aluno de Ciências Sociais (UNIFESP, 2012, p.10), esclarece que “Dentre as condutas consideradas inaceitáveis na vida acadêmica está o plágio acadêmico na redação de trabalhos, provas e monografias” e traz o conceito de plágio condizente com o de Blackman (item 3.1). O Regulamento das Unidades Curriculares Monografia I e Monografia II do curso de Ciências Econômicas salienta em seu “Art. 11 - É dever do orientador verificar e alertar o aluno de maneira a evitar o plágio no Projeto de Monografia, conforme Código de Boas Práticas Científicas da Fapesp (2012)” (UNIFESP, 2015, p.2).

A Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP possui uma Comissão de Ética regulamentada através dos art. 106/108 do Estatuto Geral da UNIFESP. O tipo previsto como infração disciplinar no Código de Conduta dos Estudantes, art.1º, III, a), é aberto: “Lançar mão de meios e artifícios que possam fraudar dados ou a avaliação do desempenho, seu ou de outrem, em atividades acadêmicas.” As sanções previstas são medidas educativas, advertência, suspensão e desligamento. O pró-Reitor de assuntos estudantis é competente para proferir a decisão e aplicar a sanção, exceto o desligamento que deverá ser deliberado pelo Consu - Conselho Universitário da UNIFESP.

Tabela 4

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UNIFESP	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X				
Instituição	Medidas Coercitivas							
UNIFESP	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Art.1º, III, a), do Código de Conduta dos Estudantes	X		Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Conselho Universitário	X		X	X

5.5 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – SBUFRGS, possui em sua página recomendações para a identificação do plágio acadêmico e também no *blog* da Biblioteca Central, com informações e conceitos. Há iniciativas dos cursos, como da Escola de Administração que realizou evento em 2014 sobre Plágio e Integridade Acadêmica.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul possui uma comissão de ética composta por dois docentes e um discente, conforme preconiza o Código Disciplinar Discente da UFRGS em seu art. 12 §2º que são responsáveis pela apuração das infrações, o referido código possui o tipo infracional plágio, considerada infração disciplinar grave, em seu art. 9º, IX – “plagiar, total ou parcialmente, obras literárias, artísticas, científicas, técnicas ou culturais; X - apresentar, em nome próprio, trabalho que não seja de sua autoria” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004). A competência para aplicar sanções previstas no Ar. 6º, que consiste em advertência, repreensão, suspensão e desligamento, é do Diretor da Unidade no caso das três primeiras e do reitor no caso de desligamento conforme o Art. 186 do Regimento Geral da Universidade.

Tabela 5

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFRGS	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X				
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFRGS	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Art. 9º, IX e X do Código Disciplinar Discente		X	Diretor da Unidade e Reitor	X	X	X	X

5.6 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho possui em seu sítio, orientações sobre o plágio e sobre o uso do *software Turnitin*, além de realizar eventos de conscientização focados na comunidade acadêmica.

A UNESP disponibiliza aos seus docentes o *software OriginalityCheck Turnitin*, para verificação e diagnóstico do plágio acadêmico desde o ano de 2011. O cadastro dos docentes fica a cargo do Sistema de Bibliotecas da UNESP e permite o acesso remoto ao *software*. O uso é recomendado a todos os docentes, principalmente aos que lecionam nos programas de pós-graduação, porém não é obrigatório. São oferecidas capacitações periódicas aos docentes para a utilização da ferramenta.

A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho possui a previsão do tipo infracional, que se coaduna com o conceito de plágio, descrito em seu capítulo XII, 12.1 do Código de Ética da UNESP, “c) - utilizar, sem referência ao autor, ou sem a sua autorização expressa, informações, opiniões ou dados publicados ou não”, conceito que se aproxima do conceito de plágio apresentado pelo CNPq (item 3.1), que será investigado pela Comissão de Ética e com decisão proferida pelo Conselho Universitário. As infrações disciplinares constam do Regimento Geral da UNESP, art.161, cujas sanções são previstas no art.162, sendo elas advertência verbal, repreensão, suspensão e

desligamento, trazendo no art.163 a competência para aplicação das penas disciplinares impostas ao corpo discente do Chefe de Departamento, nos casos de advertência verbal; do Diretor, nos casos de repreensão e de suspensão e do Reitor, nos casos de desligamento. Entretanto, os dois documentos não se comunicam bem, o Regimento Geral não faz referência ao Código de Ética na exposição das infrações disciplinares em seu art.161 “Constituem infrações disciplinares: (...) IX - desobedecer aos preceitos regulamentares do Estado, do Regimento Geral, dos Regimentos das unidades universitárias e de outras normas fixadas por autoridade competente”, o que dá margem a um amplo viés interpretativo, dificultando a aplicação de tais sanções ao tipo infracional plágio, à luz da interpretação restritiva advinda do princípio da ampla defesa e da aplicação análoga do princípio da legalidade penal.

Tabela 6

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UNESP	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X			Originality Check Turnitin	Não
Instituição	Medidas Coercitivas							
UNESP	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Cap. XII, 12.1 do Código de Ética		X	Conselho Universitário				

5.7 Universidade Federal de Minas Gerais

A Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG realiza, através de seus cursos medidas de conscientização do plágio acadêmico, como o *workshop* Produção Científica e Plágio em Pesquisa, realizado em 2016 pelo curso de enfermagem e os encontros com a temática Autoria e plágio acadêmico em tempos de Internet: originalidade ou oportunismo?, realizados na escola de direito em 2016. A universidade também disponibiliza orientações sobre plágio e integridade na pesquisa na página do labcon – Laboratório de Convergência da UFMG.

A UFMG em seu Regimento Interno, prevê no artigo 106 “VI - probidade na execução dos trabalhos escolares”, conceito demasiado amplo, e elenca os demais princípios disciplinares e no art.107 prevê a criação de um Código de Convivência Discente a fim de detalhar os tipos de infrações, sanções e competência disciplinar. Entretanto, tal código não foi aprovado, enfrentou grande resistência dos alunos e se encontra em análise no Conselho Universitário desde 2009, isso não foi impedimento para que pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), em decisão referendada pelo Conselho Universitário, cassasse a titulação de mestre de uma ex-aluna da Escola de Educação Física no ano de 2016, cuja sindicância investigatória e o processo administrativo apontaram indícios de plágio acadêmico.

Tabela 7

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFMG	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X				
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFMG	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Art. 106. VI do Regimento Geral	X		Conselho Universitário				

5.8 Universidade Federal de São Carlos

A Universidade Federal de São Carlos possui medidas de orientação e esclarecimento contra o plágio acadêmico, através de palestras como a realizada em 2015 com a temática “Autoria e plágio na redação científica” pela Pró-reitoria de Pesquisa. O curso de biblioteconomia e ciência da informação, apresenta em sua homepage, orientações relacionadas à utilização de recursos antiplágio durante a construção das monografias. A Biblioteca Comunitária UFScar disponibiliza guias para a elaboração de citações e referência, embora não falem especificamente em plágio acadêmico. A universidade possui a Comissão de Integridade Ética na Pesquisa (CIEP-UFScar) que

considera dentre as suas Diretrizes Integridade Ética na Pesquisa (UFSCar, 2015, p.3) que “a negligência na divulgação, a fabricação e a falsificação de dados e resultados, bem como o plágio, constituem-se em más condutas científicas a serem sempre evitadas na UFSCar”.

Em caráter experimental a Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD) está disponibilizando, licenças do software de detecção de plágio *CopySpider*, para serem testadas pelos docentes, tendo em vista a possibilidade da adoção da ferramenta.

A Universidade Federal de São Carlos, traz seu regramento disciplinar em seu Regimento Geral, no art. 60, I, prevê as “penalidades de advertência oral ou repreensão escrita para improbidade na execução de trabalhos escolares [sic]”, notadamente a previsão se encontra eivada de obscuridade assim como a sanção prevista no art. 60, III “de suspensão das atividades escolares por 1 (um) período letivo ou de desligamento: (...) c) por prática de atos incompatíveis com a dignidade universitária [sic].” A competência para a aplicação de tais sanções é do Conselho do Centro ao qual o aluno pertence para advertência e repreensão e de competência do Conselho da respectiva Pró-Reitoria, quando se tratar de suspensão e desligamento. Quando dos casos de plágio acadêmico a UFSCar forma uma Comissão de Plágio de Graduação ou de Pós-Graduação, quando for o caso, para apurar as denúncias.

Tabela 8

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFSCar	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X				
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFSCar	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Art.60 do Regimento Geral da UFSCar	X		Conselho do Centro e Conselho da Pró-Reitoria	X	X	X	X

5.9 Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através de algumas das suas escolas possui cursos para capacitação de seus alunos de maneira integrada aos cursos, é o caso do Curso Fraude, Falsificação e Plágio ministrado pelo professor Carlos Alberto de Oliveira no Instituto de Formação Humana Tecnológica. O Art. 28 do Estatuto da UERJ possui referência ao Regime Disciplinar:

Art. 28. Parágrafo único – O regime disciplinar do corpo discente obedecerá às normas da lei federal e ao disposto nos mandamentos universitários próprios, bem como no Regimento Geral e nos Regimentos das unidades universitárias.

Apesar da previsão no Estatuto, não há referência às infrações disciplinares no Regimento Geral da Universidade ou no Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação. A UERJ possui uma Comissão de Ética em Pesquisa (Coep) e também um Grupo de Trabalho (GT) sobre Ética e Integridade Acadêmica. Em 09 de junho de 2017, a UERJ disponibilizou uma consulta pública para colher sugestões sobre a proposta de normas de conduta ética e de integridade acadêmica a serem aplicadas à toda comunidade universitária.

Tabela 9

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UERJ	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X	X			
Instituição	Medidas Coercitivas							
UERJ	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento

5.10 Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina possui uma política institucional contra o plágio nos cursos de pós-graduação, que detalha as recomendações para identificação,

apuração e sanções de casos de plágio. Quando da suspeita de plágio acadêmico a Pró-reitoria de Pós-graduação abrirá um processo administrativo, e após parecer do Departamento de Inovação Tecnologia e Social, será designada uma comissão para apuração que emitira um laudo, com a respectiva defesa, a ser apreciado pelo Colegiado Delegado do Programa, órgão competente para aplicar a sanção. As recomendações trazem as sanções “sugeridas” de reprovação para plágio cometido para trabalhos de conclusão de disciplinas; reprovação e desligamento quando tratar-se de trabalho de qualificação; reprovação no caso de dissertações e teses ainda com banca de defesa pendente e cassação do título quando já houver ocorrido a defesa da dissertação ou tese, sendo essa última sanção de competência do Gabinete da Reitoria. Caso o material tenha sido publicado ou aceito para publicação em periódico, a Universidade deverá notificar a publicação para cientificá-la do plágio e para que a publicação tome as providências cabíveis.

A UFSC também disponibiliza, na modalidade de ensino à distância – EaD, oficinas sobre plágio, através da plataforma de ensino virtual *Moodle*. A Biblioteca Universitária da UFSC por sua vez oferece minicursos de citação e referencia, entretanto, sem abordar especificamente a temática do plágio acadêmico.

O regime disciplinar discente para os graduandos encontra-se explicitado no Regimento Geral da UFSC, art.171, II, que trata das sanções possíveis: advertência, repreensão, suspensão e eliminação e art. 172 que determina a competência do Reitor para a aplicação de tais sanções. O Regulamento dos Cursos de Graduação possui o capítulo VIII que trata do Regime Disciplinar Discente que em seu art. 117, lista as mesmas sanções já previstas no Regimento Geral, define um tipo aberto no qual o plágio poderá facilmente ser enquadrado: “Art. 118 - Na definição das infrações disciplinares e fixação das respectivas sanções, serão considerados os atos contra: (...) II - o patrimônio ético, científico, cultural, material, inclusive o de informática”, entretanto, o Regulamento dos Cursos de Graduação determina outros competentes para a aplicação das sanções: o Presidente do Colegiado do Curso no caso das sanções de advertência, repreensão e suspensão e de competência do reitor quando se tratar de sanção de eliminação/desligamento, passível de recurso ao Conselho Universitário.

Tabela 10

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFSC	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
	X (Pós-graduação)		X	X			Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFSC	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Art. 171, II do Regimento Geral da UFSC e art. 117 do Regulamento dos Cursos de Graduação	X		Presidente do Colegiado do Curso e Reitor	X	X	X	X

5.11 Universidade Federal do Paraná

A Universidade Federal do Paraná realiza oficinas sobre plágio em alguns cursos, tais como a Oficina de Direito Autoral: Recursos Educacionais e Plágio Acadêmico, realizada em 2015 no âmbito da Faculdade de Direito, com inscrições abertas à toda a comunidade, ainda no âmbito do curso de direito, a Resolução Conjunta nº 01/2011 do Conselho Setorial / Colegiado do Curso, em seu art.17, que o aluno que tiver o plágio constatado será unanimemente reprovado pela Banca e submetido a processo administrativo disciplinar, entretanto esta prática de normatizar o tema plágio a partir do Colegiado de cada curso é fruto da deficiência de uma norma padrão para toda a universidade.

A UFPR possui uma Comissão Disciplinar e as previsões das penalidades constam do art. 188 do Regimento Geral da UFPT: perda da condição de bolsista ou monitor, advertência, suspensão e desligamento, sendo o Conselho Universitário a última instância competente para decidir sobre a aplicação, conforme art. 193 do mesmo documento. As infrações disciplinares estão elencadas no art. 186 de I à XX, entretanto, nenhuma se coaduna com o plágio, ou mesmo com um conceito aberto capaz de abarcar o plágio. No art. 30, V, do Estatuto da UFPR, institui a competência do Reitor para exercer o poder disciplinar no âmbito de toda a universidade.

Tabela 11

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFPR	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X				
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFPR	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão e desligamento

5.12 Universidade Federal do ABC

A Universidade Federal do ABC desenvolve ações como o workshop Integridade em Pesquisa, evento que acontece anualmente, tendo sido a primeira edição em 2014, iniciativa resultante da participação da universidade no *"III - Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics" - BRISPE*, na tradução Encontro Brasileiro de Integridade na Pesquisa, Ciência e Ética na Publicação, realizado em 2014.

A Universidade Federal do ABC, localizada no estado de São Paulo, possui uma Comissão Permanente para Apuração de Transgressões Disciplinares para a determinação da admissibilidade, realização de investigações e aplicação da sanção, com base no Regime Disciplinar que consta na Seção III, do capítulo III do Regimento Geral da UFABC, artigos 78 à 82. As sanções previstas no art. 79 são de advertência, suspensão e desligamento. No Regimento Geral da UFABC, as infrações são decorrentes da não observância dos deveres discentes elencados no Art. 77 do mesmo Regimento, um desses deveres é “V - comportar-se de acordo com os princípios éticos” conceito aberto que, por certo, engloba o plágio acadêmico.

Tabela 12

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFABC	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
			X	X			Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFABC	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Art. 77, V, do Regimento Geral da UFABC	X		Comissão Permanente para Apuração de Transgressões Disciplinares	X		X	X

5.13 Universidade federal da Bahia

A Universidade Federal da Bahia desenvolveu em 2014, o Painel Direito Autoral, realizado pelo Instituto de Ciência da Informação e pelo Núcleo Interdisciplinar de Extensão da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA) com palestras sobre direitos autorais, propriedade intelectual e ética em pesquisa e plágio, que foram compiladas no livro Direito autorial, propriedade intelectual e plágio.

A Universidade Federal da Bahia, em seu Regimento Geral, Título XII, prevê o Regime Disciplinar. As penas disciplinares, previstas no art. 140, são: “I - advertência, aplicada pelo Coordenador do respectivo curso; II - suspensão, aplicada pelo Diretor da Unidade Universitária; III - exclusão, aplicada pelo Reitor” (UFBA, 2010). Há entretanto uma grande lacuna, uma vez que as infrações não se encontram especificadas nem no Estatuto da UFBA nem no Regimento Geral, este último faz referência a um Código de Ética Universitária no art.145 que, no entanto, ainda não foi aprovado.

Tabela 13

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFBA	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
			X	X			Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFBA	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	* Código de Ética Universitária pendente de aprovação							

5.14 Universidade Federal de Pernambuco

A Universidade Federal de Pernambuco possui em sua página orientações sobre plágio e integridade na prática científica, referenciando as orientações do CNPq e da Capes.

Na Universidade Federal de Pernambuco é de competência dos Diretores das Unidade e do Reitor a aplicação do regime disciplinar, conforme art. 34 § 2º do Regimento Geral, cujo capítulo VI explicita tal regime. No art. 145 há a previsão das sanções: advertência, repreensão, suspensão e exclusão. Quanto à competência: “Art. 146. As penas de advertência, repreensão e suspensão, até trinta dias, serão impostas pelo Diretor da Unidade [...] as penas de suspensão, por mais de trinta dias, e de exclusão [...] e serão impostas, privativamente, pelo Diretor [sic]”. No art. 145, parágrafo único, “II - As penas de advertência, repreensão, suspensão, exclusão serão combinadas mediante portarias especiais [sic] e constarão do histórico escolar do estudante”. Apesar da previsão das sanções, não foi encontrada previsão do tipo infracional.

Tabela 14

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFPE	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X				
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFPE	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	*Portarias Especiais							

5.15 Universidade Federal de Santa Maria

A Universidade Federal de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul, possui iniciativas para a orientação da comunidade escolar, em maio de 2017 desenvolveu o seminário "Ética, Plágio e Autoria", promovido pelo Laboratório Corpus – laboratório de fontes de estudo da linguagem e o Departamento de Letras Clássicas e Linguística.

As sanções por infrações disciplinares constam no Regimento Geral da Universidade de Santa Maria, previstas no Art. 188: advertência, repreensão, suspensão e desligamento, sendo competente para aplicar as três primeiras o Direito da Unidade e para aplicar a sanção de desligamento é competente o Reitor. A aplicação de tais sanções depende, entretanto, de regulamentação, uma vez que o art. 187 do Regimento Geral da Universidade delega ao CONSU – Conselho Universitário poder para especificar as condutas passíveis de sanções disciplinares e após buscas na homepage da universidade, não foram encontradas determinações contendo tais condutas.

Tabela 15

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFSM	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
			X	X				
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFSM	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	*Resoluções do Conselho Universitário (pendentes)							

5.16 Universidade Federal Fluminense

A Universidade Federal Fluminense construiu uma cartilha detalhada de iniciativa da Comissão de Avaliação de Casos de Autoria (biênio 2008-2010), que traz a conceituação de plágio “O plágio acadêmico se configura quando um aluno retira, seja de livros ou da Internet, ideias, conceitos ou frases de outro autor [...] sem lhe dar o devido crédito, sem citá-lo como fonte de pesquisa”, condizente com o conceito apresentado por Blackman (item 3.1).

A UFF possui iniciativas como o Seminário sobre a Câmara de Integridade em Pesquisa, realizado em abril de 2017, evento aberto à comunidade acadêmica para discutir a criação da Câmara e a institucionalização de medidas para coibir o plágio acadêmico e garantir a integridade acadêmica na pesquisa; e a palestra “Plágio na Pesquisa”, proferida para os calouros do 1º semestre de 2017.

Na Universidade Federal Fluminense as sanções disciplinares, de acordo com o Regimento Geral, Art. 113, II, são: advertência, repreensão, suspensão e desligamento, sendo competente para aplicar as três primeiras o Diretor da Unidade e para aplicar a sanção de desligamento é competente o Reitor e será balizada pela investigação realizada por Comissão Especial. O tipo é aberto e consta do Estatuto da UFF,” Art. 53 – Nas infrações disciplinares serão consideradas as ações contra: (...) II – O patrimônio moral, científico, cultural e material lesado”.

Tabela 16

Instituição	Medidas Institucionais			Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
UFF	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar /integridade ou Sindicância	Orientação ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
							Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
		X	X	X				
Instituição	Medidas Coercitivas							
UFF	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
	Art. 53, II do Estatuto da UFF	X		Diretores das Unidades e Reitor	X	X	X	X

5.17 Comparação e discussão dos resultados obtidos

5.17.1 Critério 1 – Medidas Institucionais de combate ao plágio acadêmico

A partir dos dados colhidos e do arcabouço teórico apresentado, o primeiro ponto a ser discutido diz respeito às medidas institucionais preventivas, cujo pensamento de Macdonald e Carrell (2007, p.244, item 3.5.3) crê ser fundamental para evitar a necessidade de implementação das medidas diagnósticas e coercitivas ou mesmo para minimizar seus efeitos. Ocorre que a partir do tratamento dos dados obtidos nesta pesquisa, notou-se que as universidades brasileiras que fazem parte da amostra não possuem, ainda, tais medidas implementadas (Tabela 17). Apenas é adotada a medida de implementação das comissões de ética ou congêneres, a quem cabe os atos investigativos do plágio. Essa discrepância se acentua se comparada aos resultados da pesquisa de Kroskocz (2011, p.761, Tabela 18) os quais evidenciam a preocupação das universidades norte-americanas, europeias e da Oceania, melhores ranqueadas mundialmente, em implementar a maioria das medidas institucionais preventivas.

Os resultados da pesquisa indicam uma timidez das universidades brasileiras de assumirem um protagonismo no combate ao plágio através de suas ações institucionais, aparentemente limitadas à ideia de que a responsabilidade pelo plágio é exclusivamente da estudante/plagiário, o que é uma posição bastante frágil dado que o prestígio da

instituição e a qualidade de sua pesquisa está atrelado à uma pesquisa íntegra. A inércia das universidades é previsível, uma vez que “admitir publicamente que o plágio e outras formas de fraude acadêmica são endêmicos equivaleria a deslegitimar toda a academia; incapaz de cuidar de si própria e de gerar os benefícios esperados pela sociedade” (WACHOWICZ; COSTA, 2016, p.96). Até mesmo o Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq (2011), apesar de fazer menção às boas práticas nas publicações científicas, em nenhuma das sete páginas traz referência direta às responsabilidades das universidades.

Há uma convergência de constatações com a pesquisa de Krokosz (2011, p.764), no ponto em que ele revela que “[o] estudo permitiu verificar ainda que o enfrentamento do plágio no ambiente acadêmico tem a ver com a mudança das práticas institucionais que favorecem que o plágio seja evitado, mais do que punido”. Essa mudança deve caminhar no sentido de “trabalhar a criação de políticas institucionais que valorizem as estratégias educacionais e de pesquisa estruturadas em organizações de ensino” (WACHOWICZ; COSTA, p.158).

Tabela 17

MEDIDAS INSTITUCIONAIS				
Universidades	Hotsite Institucional sobre plágio/ética/integridade	Política Institucional	Guias, folders e manuais	Comissão de Ética/disciplinar/integridade ou Sindicância
USP				X
UNICAMP				X
UFRJ				X
UNIFESP				X
UFRGS				X
UNESP				X
UFMG				X
UFSCAR				X
UERJ				X
UFSC		X (Pós-graduação)		X
UFPR				X
UFABC				X
UFBA				X
UFPE				X
UFSM				X
UFF			X	X

Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Tabela 18

Universidades	MEDIDAS INSTITUCIONAIS			
	Hotsite Institucional	Política Institucional	Guias e manuais	Comissão de integridade /disciplinar/ sindicância
Massachusetts Institute of Technology	X	X	X	X
Harvard	X	X	X	
Stanford	X	X	X	X
Cambridge	X	X	X	X
Oxford		X	X	X
Swiss Federal Institutes of Technology		X	X	X
Tokio University		X	X	
National Taiwan University			X	
Kyoto University				
Australian National University	X	X	X	X
Queensland	X	X	X	X
Monash	X	X	X	
Cape Town		X	X	
Pretória		X		X
Stellenbosch				
USP				
UNICAMP				
UFSC				

Fonte: Krokosz, 2011, p. 761.

5.17.2 Critério 2 – Medidas Preventivas e Critério 3 – Medidas Diagnósticas do Plágio Acadêmico

As ações de orientação e esclarecimento são tomadas por todas as universidades pesquisadas, através de seminários, palestras, workshops e demais ações de conscientização destinadas à interação com a comunidade acadêmica.

Há de se ponderar que houve uma falha neste ponto da pesquisa, uma vez que não fora considerado na metodologia um parâmetro de regularidade dessas atividades, de modo que na coleta de dados foi percebido que algumas instituições desenvolvem várias atividades, como a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal Fluminense, neste ano de 2017, enquanto outras, como a Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Pernambuco, apresentaram poucos dados dessas ações e mesmo assim realizadas há mais tempo.

As universidades brasileiras exibiram pouca disposição em realizar atividades antiplágio integradas aos cursos, apenas a USP e a UERJ possuem dados de que realizam, e nenhuma disposição em agregar uma formação ética aos cursos (Tabela 19). Essa negativa em agregar atividades de capacitação sobre plágio está na contramão dos dados das universidades norte-americanas, europeias, asiáticas e da Oceania obtidos por Krokosz (2011, p.761, Tabela 20) e de formação ética voltada à integridade acadêmica, onde, ao contrário das universidades brasileiras, já começam a implementar ações.

A adoção de um software antiplágio, para Thiollent ([s.d.], p.5, item 3.5.4) compõe uma medida necessária, ainda que limitada, para o combate do plágio acadêmico, indo ao encontro da visão de Krokosz (2011, p.764) “medidas de enfrentamento do plágio são necessárias para que esse problema não se torne insuportável ou, na pior das hipóteses, banalizado”, ambos convergem no pensamento de que isoladamente a detecção do plágio não se mostraria medida contundente, entretanto a necessidade de ações em conjunto.

Na pesquisa atual apenas a Universidade de São Paulo possui essa integração de ações, aliando a medida diagnóstica às medidas preventivas, aliás a adoção de softwares antiplágio é característica exclusiva das universidades autárquicas do Estado de São Paulo (USP, UNICAMP e UNESP).

Na pesquisa de Krokosz (2011, p.761, tabela 20) podemos perceber que a adoção dos softwares antiplágio pelas universidades compõem uma gama de medidas mais amplas, combinadas com a capacitação integrada e com as ações de orientação e esclarecimento tal qual os dois autores preconizam.

Tabela 19

Universidades	Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas	
	Orientação/ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio	
				Indica/Fez aquisição	Uso Obrigatório
USP	X	X		OriginalityCheck Turnitin	não
UNICAMP	X			OriginalityCheck Turnitin	não
UFRJ	X				
UNIFESP	X				
UFRGS	X				
UNESP	X			OriginalityCheck	Não
UFMG	X				
UFSCAR	X				
UERJ	X	X			
UFSC	X				
UFPR	X				
UFABC	X				
UFBA	X				
UFPE	X				
UFSM	X				
UFF	X				

Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Tabela 20

Universidades	Medidas Preventivas			Medidas Diagnósticas
	Orientação/ações de esclarecimento	Capacitação instrumental integrada aos cursos	Formação Ética	Softwares de detecção de plágio
Massachusetts Institute of Technology	X	X	X	
Harvard	X	X		
Stanford	X	X		X
Cambridge	X	X		X
Oxford	X	X		
Swiss Federal Institutes of Technology	X			X
Tokio University		X		X
National Taiwan University	X	X		X
Kyoto University		X		
Australian National University	X	X	X	
Queensland	X	X	X	
Monash	X	X		
Cape Town	X	X	X	
Pretória	X			
Stellenbosch	X			
USP	X			
UNICAMP	X			
UFSC	X			

Fonte: Krokosz, 2011, p. 761.

5.17.3 Critério 4 – Medidas Coercitivas do Plágio Acadêmico

Na visão de Krokosz (2011, p.763) “cabe às instituições a adoção de medidas de controle e correção, tais como o uso de instrumentos de detecção do plágio, bem como a prescrição e imputação de sanções”. No pensamento de Williams (2013, p.8, tradução nossa, item 3.5.5) essas medidas se efetivam através da adoção de um “código de honra”.

Na pesquisa apresentada, a primeira discussão à cerca das medidas coercitivas é a falta de especificação de um tipo infracional que assimile o conceito de plágio, sem ter de recorrer aos tipos infracionais genéricos, observada nos instrumentos normativos pesquisados.

O segundo ponto é a falta de adoção de padronização do instrumento normativo que irá prever as condutas disciplinares vedadas e as respectivas sanções. Neste ponto podemos defender tais diferenças com base na necessária a autonomia acadêmica, porém nesse caso em específico, a autonomia parece representar um revés, uma vez que há significativas diferenças do documento normativo de uma instituição quando comparado com o de outra, e há, pelo mesmo motivo, a dificuldade de interpretar documentos normativos dentro de uma mesma instituição, que deveriam ser interpretados sistematicamente.

O problema na formulação dos documentos normativos é tão premente que UFBA e UFMG, apesar de trazerem previsão do tipo infracional, fazem referência a códigos ainda não aprovados, onde deverão constar as sanções. UFPE, UFMS e USP também carecem de um instrumento normativo prevendo as sanções, porém, delegaram tais funções aos órgãos deliberativos, o que pode causar uma controvérsia acerca da legitimidade das sanções.

Tabela 21

Universidades	MEDIDAS COERCITIVAS							
	Previsão Normativa			Competência	Sanção			
	Fonte da Norma	Genérica (tipo aberto)	Específica (tipo plágio)		Advertência	Repreensão	Suspensão	Expulsão desligamento
USP	Art. 28 - Código de Ética		X	*à cargo da Comissão de ética				
UNICAMP	Art.227, VII do Regimento Geral da Unicamp	X		Congregação, órgão equivalente e Reitor	X	X	X	X
UFRJ	Art. 285 Regimento Geral da UFRJ	X		Direitor, congregação, Conselho Universitário	X	X	X	X
UNIFESP	Art.1º, III, a), do Código de Conduta dos Estudantes	X		Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Conselho Universitário	X		X	X
UFRGS	Art. 9º, IX e X do Código Disciplinar Discendente		X	Diretor da Unidade e Reitor	X	X	X	X
UNESP	Cap. XII, 12.1 do Código de Ética		X	Conselho Universitário				
UFMG	Art. 106. VI do Regimento Geral	X		Conselho Universitário				
UFSCAR	Art.60 do Regimento Geral da UFSCar	X		Conselho do Centro e Conselho da Pró-Reitoria	X	X	X	X
UERJ								
UFSC	Art. 171, II do Regimento Geral da UFSC e art. 117 do Regulamento dos Cursos de Graduação	X		Presidente do Colegiado do Curso e Reitor	X	X	X	X
UFPR								
UFABC	Art. 77, V, do Regimento Geral da UFABC	X		Comissão Permanente para Apuração de Transgressões Disciplinares	X		X	X
UFBA	* Código de Ética Universitária pendente de aprovação							
UFPE	*Portarias Especiais							
UFSM	*Resoluções do Conselho Universitário (pendentes)							
UFF	Art. 53, II do Estatuto da UFF	X		Diretores das Unidades e Reitor	X	X	X	X

Fonte: Elaboração do autor, 2017.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste estudo, para a compreensão do fenômeno do plágio a partir do fenômeno jurídico da autoria, foram resgatados os conceitos essenciais, contidos na lei e na doutrina, sobre os direitos autorais: sua natureza jurídica; a distinção entre os direitos morais e os direitos patrimoniais do autor e suas respectivas características; a obra protegida pelos direitos autorais e as formas de transacionar os direitos patrimoniais que recaem sobre ela; o domínio público e seus requisitos; os direitos conexos aos do autor; e o registro de autoria e sua importância como meio de prova.

Neste trabalho investigou-se as medidas antiplágio das dezesseis universidades brasileiras de maior expressão na pesquisa acadêmica, de acordo com os rankings RUF 2016, THE 2017 e CWUR 2016, em quatro critérios diferentes: medidas institucionais, medidas preventivas, medidas diagnósticas e medidas coercitivas, sendo que nenhuma das universidades pesquisadas atendeu a todos os critérios.

O critério de medidas institucionais foi o que apresentou o menor número de medidas implementadas pelas universidades, em contrapartida as medidas coercitivas foram as que apresentaram o maior número, tendo sido encontradas previsões normativas de infrações e sanções nos códigos das universidades.

O tipo infracional previsto na maioria dos códigos não é o do plágio acadêmico, necessitando que nos casos concretos seja aplicada outra tipificação genérica. Neste ínterim, mesmo quando há a possibilidade de enquadramento do tipo há universidades que não possuem suas sanções documentadas em códigos. O único código que possui o tipo específico com conceito que se coaduna com o plágio acadêmico e possui as sanções também específicas é o Código Disciplinar Discente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

É premente o aprimoramento da previsão do tipo infracional, para que seja compatível com o conceito de plágio e o esclarecimento das sanções a serem aplicadas.

A formação ética relacionada ao plágio acadêmico e a existência de *Hotsite* informativo com conteúdo exclusivo sobre plágio foram quesitos que nenhuma das

universidades atendeu, no outro extremo, todas atenderam aos quesitos de existência de Comissão de Sindicância ou órgão análogo capaz de apurar o plágio acadêmico, e todas possuem algum tipo de ação de orientação ou esclarecimento sobre o plágio acadêmico.

Notou-se que as universidades brasileiras concentram suas ações nas medidas coercitivas, necessitando uma mudança de comportamento institucional para fortalecer as medidas preventivas, principalmente as institucionais, e assim diminuir a incidência do plágio e aumentar qualidade da pesquisa. Elas precisam direcionar seus esforços para criar uma política institucional sobre plágio, que contemple a informação/orientação sobre plágio, ética e integridade através de *Hotsites*, guias, *folders* e manuais; a adoção de *softwares* diagnósticos; e a realização de cursos e disciplinas integrados, direcionados à formação ética dos estudantes.

Para um aprofundamento da pesquisa, é sugerido averiguar o procedimento de apuração dos órgãos investigativos do plágio acadêmico, sua padronização, sua obediência aos princípios do direito administrativo e sua efetividade para resultar um relatório aproveitável.

No centro da questão suscitada, a adoção de uma política institucional antiplágio é o ponto de convergência dos teóricos consultados, enquanto necessidade premente, e dos resultados obtidos, enquanto deficiência substancial das universidades, para aglutinar e coordenar todas as ações antiplágio que podem ser desenvolvidas a partir dessa diretriz.

Sem uma política institucional antiplágio há de se prever que as ações continuarão descoordenadas, no sentido que não se comunicam bem entre si; descontinuadas, no sentido de que são esparsas e não periódicas dentro da rotina acadêmica; e mal interligadas ao aspecto pedagógico, uma vez que não estão integradas aos cursos de graduação e pós-graduação, pelo contrário, aparecem como atividades apartadas.

REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA Marcus Cláudio. **Código Penal e Código de Processo Penal Anotados**. 3.ed.rev.atual. São Paulo: Editora Rideel, 2010.

LEXICON. Aulete Digital - Dicionário *Online*. Disponível em <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em 14 maio.de 2017.

ASCENSÃO, José Oliveira. **Direito Autoral**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de autor**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BIANCAMANO, Manuela Gomes Magalhães. **Plágio no Direito Autoral**: indústria cultural e contributo mínimo de originalidade na telenovela (Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Direito da UFSC, Programa de Pós-Graduação em Direito. Orientadora: Dra. Danielle Annoni). Florianópolis, 2014.

BLACKMAN, Josh. *Self-Plagiarism*. **SSRN Electronic Journal**. February 17, 2017. Disponível em SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=2919642>> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2919642>. Acesso em 10 de junho de 2017.

BRANCO, Sérgio. A natureza jurídica dos direitos autorais. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, abr.-jun./2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/a-natureza-juridica-dos-direitos-autorais/>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

BRANCO, Sérgio. **O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro**: uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Editora *Lumen Juris*, 2011.

BRANCO, Sérgio. **Direitos Autorais na Internet e o Uso de Obras Alheias**. 1.ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007.

BRANCO, Sérgio; BRITTO, Walter. **O que é Creative Commons? novos modelos de direito autorial em um mundo mais criativo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BRASIL. **Constituição (1891)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em 14 maio.de 2017.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília - DF: Senado Federal, 2006.

_____. **Decreto Lei n. 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em 28 de maio de 2017.

_____. **Decreto n. 678**, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em 25 de maio de 2017.

_____. **Decreto n. 847**, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

_____. **Lei n. 496**, de 1 de agosto de 1893. Define e garante os direitos autorais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-496-1-agosto-1898-540039-publicacaooriginal-39820-pl.html>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

_____. **Lei nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

CLOUGH, Paul. *Old and new challenges in automatic plagiarism detection*. **National Plagiarism Advisory Service**, February edition, 2003. p. 391-407. Disponível em <http://ir.shef.ac.uk/cloughie/papers/pas_plagiarism.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2017.

CHARTIER, Roger. Do código ao monitor: a trajetória do escrito. **Revista Estudos Avançados**. 1994, vol.8, n.21, pp. 185-199. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200012>. Acesso em 10 de maio de 2017.

CHAVES, Antônio. **Criador da obra intelectual**. São Paulo: LTR, 1995.

_____. Plágio. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v.20, n.77, jan./mar., 1983. p.403-424.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (Brasil). **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq**. 2011. disponível em <<http://cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>> . Acesso em 20 de maio de 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: direito das coisas, direito autoral**, volume 4. 7ª.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

CRIVELLI, Ivana Có Galdino. **Direito de Autor: exceções**, com ênfase em normas técnicas. (Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito da USP, Programa de Pós-Graduação em Direito. Orientadora: Dra. Silmara Juny de Abreu Chinellato). São Paulo, 2012.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal – Parte especial**. 8.ed.rev.ampl.atual. Salvador: Jus PODIVM, 2016.

DOBERSTEIN, Juliano Martins. **As duas censuras do governo militar: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978**. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Orientadora: Carla Simone Rodeguero). Porto Alegre, 2007.

GANDELMAN, Henrique. **O que você precisa saber sobre direitos autorais**. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2004.

HAMMES, Bruno Jorge. **O direito da Propriedade Intelectual**: conforme a lei 9.610 de 19.2.1998. São Leopoldo: Imprensa, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KROKOSZ, Marcelo. **Autoria e Plágio**. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v.16, n.18, set.-dez. 2011. p.745-768.

LEMONS, Ronaldo. **Direito, Tecnologia e Cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MACDONALD, Randal; CARROLL, Jude. *Plagiarism - a complex issue requiring a holistic institutional approach. Assessment & Evaluation in Higher Education*. Vol.31, n.2, p. 233-245, April 2006. DOI: 10.1080/02602930500262536.

MACHADO, Uirá. Chalita fez autoplágio para obter mestrado. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 fev. 2012. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/25452-chalita-fez-autoplagio-para-obter-mestrado.shtml>> Acesso em 12/06/2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY. *Academic Integrity at MIT: A Handbook for Students*. [Cambridge]: MIT, 2016.

MASSON, Cleber Rogério. **Direito Penal Esquemático**: parte especial. 4.ed., São Paulo: Método, 2012. vol.2.

MAURER, Hermann; KAPPE, Frank; ZAKA, Bilal. *Plagiarism – A Survey. Journal of Universal Computer Science*, vol. 12, n.8, 2006, p.1050-1084.

MEUSCHKE, Norman; GIPP, Bela. *State-of-the-art in detecting academic plagiarism. International Journal for Educational Integrity*, vol. 9, n. 1 June, 2013, p. 50–71.

NETTO, José Carlos Costa. **Direito Autoral no Brasil**. São Paulo: FTD, 1998.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Proposta de adoção de medidas para prevenção do plágio nas instituições de ensino e do comércio ilegal de monografias. [s.l.]: OAB, 2010.

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. **Direitos Autorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SAVIGNON, Larissa Tristão; CESÁRIO, Kone Prieto Furtunato. Os direitos autorais do ghost-writer. **Revista Eletrônica do IBPI**- Número 10, p.84-97, 1º de dezembro de 2014.

SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade da norma constitucional**. 4ª.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

THIOLLENT, Michel. **O problema do plágio nas teses e dissertações**. [s.l.:s.d.]. Disponível em: <http://www.peb.ufrj.br/documentos/problema_plagio.pdf> Acesso em 12/05/2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Código de Ética**. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-4871-de-22-de-outubro-de-2001>>. Acesso em 06 de maio de 2017.

_____. **Regime Disciplinar**: manual de esclarecimento às comissões de graduação das unidades. USP: São Paulo, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Regimento geral da universidade Estadual de Campinas**. 2015. Disponível em: <http://www.pg.unicamp.br/legislacoes_estatutos.php>. Acesso em 10 de maio de 2017.

_____. Boletim Informativo do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP. n.1, dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/portal2/pdf/boletins/BoletimSBUn1.pdf>>. Acesso em 26 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. **Código de Ética**. 2009. Disponível em: <www.unesp.br/Home/prevencaodaviolencia/codigo_etica-unesp_2009.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2017.

_____. **Regimento Geral da UNESP**. 2016. Disponível em: <www.unesp.br/servico/regimento_geral.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Estatuto e Regimento Geral**. [Salvador]: 2010. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Estatuto_Regimento_UFBA_0.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Regimento Geral**. 2012. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Regimento-Geral>>. Acesso em 12 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Regimento Geral**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/dqf/images/documentos/reg_ufpe.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Recomendações aos Programas de Pós-graduação na Identificação, Apuração e Sanção de Casos de Plágio**. 2015. Disponível em: <<http://propg.ufsc.br/files/2011/10/memorando-circular-032.novas-recomenda%C3%A7%C3%B5es-para-casos-de-plagio.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

_____. **Regimento Geral**. 1996. Disponível em: <<http://legislacao.paginas.ufsc.br/files/2012/01/24.05-REGIMENTO-GERAL-UFSC.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

_____. **Regulamento dos Cursos de Graduação.** 2000. Disponível em: <<http://www.mtm.ufsc.br/ensino/Resolucao17.html>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria.** 2011. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/arquivos/7a09d209-53a6-49a7-90c7-b99c7d82c16b.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Diretrizes Integridade Ética na Pesquisa UFScar.** [São Carlos]: UFScar, 2015.

_____. **Regimento Geral.** 2012. Disponível em: <http://www.soc.ufscar.br/documentos/regimentofinal_ufscar.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Código de Conduta dos Estudantes.** Disponível em: <http://www2.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/resolu/resolucao92_anexo1.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2017.

_____. **Manual do Aluno:** Curso de Ciências Sociais. [São Paulo]: UNIFESP, 2012.

_____. Regulamento das Unidades Curriculares Monografia I e Monografia II do curso de Ciências Econômicas. [São Paulo]: UNIFESP, 2015. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/Regulamento_%20Monografia_aprovado_dez_2015.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Regimento Geral da UFABC.** [Santo André: 2011]. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/aceso-a-informacao/31-05-11_regimento-geral-da-ufabc.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Estatuto da Universidade Federal do Paraná.** 2013. Disponível em: <http://www.jandaiadosul.ufpr.br/novosite/wp-content/uploads/2014/04/Estatuto_UFPR.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2017.

_____. **Regimento Geral.** [Curitiba: 2008]. Disponível em: <http://www.contabeis.ufpr.br/Regimento_Geral_UFPR.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Regimento Geral.** 2010. Disponível em: <http://www.medicina.ufrj.br/arquivos/codigo_disciplinar_UFRJ.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Código Disciplinar Discente.** 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prae/sae/legislacao/codigo-disciplinar-discente>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

_____. **Estatuto e Regimento Geral.** 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/estatuto-e-rgu-2015>>. Acesso em 12 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Estatuto e Regimento Geral.** Disponível em: <<http://www.uff.br/sites/default/files/estatuto-regimento-uff.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estatuto da UERJ**. [Rio de Janeiro: s.d.]. Disponível em: <http://www.boluerj.uerj.br/pdf/ae_00001989_00001989.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2017.

VASCONCELOS, Sonia M. R.. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 59, n. 3, p. 4-5, set. 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 jun. 2017.

WACHOWICZ, Marcos. Noções fundamentais sobre o plágio acadêmico. *In*: VICENTE, Dário Moura (org.) *et al.* **Estudos de Direito Intelectual em Homenagem ao Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão**. Coimbra: Almedina, 2015. p.419-450.

WACHOWICZ, Marcos; COSTA, José Augusto Fontoura da. **Plágio Acadêmico**. Curitiba: Gedai Publicações / UFPR, 2016.

WILLIAMS, Jeremy B. **Plagiarism: Deterrence, Detection and Prevention** – The handbook of economics lecturers. [Bristol, UK]: University of Bristol, 2013. Disponível em: <<https://www.economicsnetwork.ac.uk/handbook/printable/plagiarism.pdf>>. Acesso em 26 de maio de 2017.

WIPO WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **WIPO Intellectual Property Handbook**. Second Edition. [s.l.]: WIPO, 2004.